

Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/96*

Thompson Almeida Andrade
Rodrigo Valente Serra

1. Introdução

Estimativas recentemente feitas do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios brasileiros relativas aos anos de 1975, 1980, 1985 e 1996 para o Nemesys permitem que sejam feitas análises comparativas do desempenho produtivo destes municípios naqueles anos. É justamente este o objetivo deste trabalho.¹ Trata-se, portanto, de um estudo introdutório, que extrapola o interesse sobre o desempenho produtivo das cidades médias, apresentando uma interpretação da dinâmica espacial da distribuição da riqueza nacional durante o período 1975/96.

As análises aqui apresentadas, para limitar o trabalho, vão se ater não ao total de municípios atualmente existentes no país (5.507), mas a um conjunto menor deles, classificados em grupos segundo a sua posição na rede urbana brasileira. Será usada a classificação feita em conjunto pela Diretoria de Estudos e Política Regional e Urbana do IPEA, pela Diretoria de Geociências do IBGE e pelo Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur) do Instituto de Economia da Universidade de Campinas [ver IPEA/IBGE/Nesur-IE-Unicamp (1999)]. Segundo esta classificação, a rede urbana brasileira é constituída de *duas metrópoles globais* (as regiões metro-

* O estagiário Rodrigo Fernando Dias, aluno de Estatística da Ence/IBGE, colaborou na sua elaboração.

1 O lapso intertemporal entre os anos de 1985 e 1996 é justificado pela escassez ou maior dificuldade para o acesso de informações censitárias econômicas relativas ao ano de 1990 — data com a qual se garantiria uma regularidade quinquenal para as estimativas. A rigor, as estimativas referem-se às Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) e não aos municípios, isto é, referem-se às unidades territoriais mínimas para as quais é possível garantir uma identidade territorial entre os anos de 1975 e 1996. Portanto, essas AMCs nem sempre coincidem com os contornos municipais. Para a exposição da metodologia utilizada para estimar os PIBs municipais e as estimativas obtidas, ver Andrade e Serra (1999b). Este texto e seu Anexo estão disponíveis para acesso na *home-page* do Nemesys (www.nemesys.org.br).

politanas de São Paulo e do Rio de Janeiro), *sete metrópoles nacionais* (as regiões metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília, Curitiba, Recife e Porto Alegre), *quatro metrópoles regionais* (as regiões metropolitanas de Belém, Goiânia, Campinas e Manaus), *16 centros regionais* (São Luís, Maceió, Natal, Teresina, João Pessoa, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Cuiabá, Aracaju, Santos, Florianópolis, Vitória, Londrina, Campo Grande, Porto Velho e Rio Branco) e *82 centros sub-regionais*, sendo *31 sub-regionais de nível 1* (Sorocaba, Joinville, São José do Rio Preto, Caxias do Sul, Pelotas/Rio Grande, Jundiá, Maringá, Ilhéus/Itabuna, Caruaru, Blumenau, Limeira, Cascavel, Juazeiro do Norte/Crato, Petrolina/Juazeiro, Volta Redonda/Barra Mansa, Araraquara/São Carlos, Feira de Santana, Uberlândia, Juiz de Fora, Campos dos Goytacazes, Campina Grande, Bauru, Imperatriz, Anápolis, Vitória da Conquista, Macapá, Uberaba, Presidente Prudente, Boa Vista, Dourados, Palmas) e *51 sub-regionais de nível 2* (Ipatinga, Araçatuba, Criciúma, Itajaí, Cabo Frio, Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim, Guaratinguetá/Aparecida, Itabira, Piracicaba, Montes Claros, Franca, Santarém, Ponta Grossa, Santa Maria, Foz do Iguaçu, Governador Valadares, Mossoró, Marília, Guarapuava, Arapiraca, Divinópolis, Nova Friburgo, Sete Lagoas, Jequié, Passo Fundo, Cachoeiro do Itapemirim, Marabá, Lajes, Caxias, Rondonópolis, Chapecó, Sobral, Teófilo Otoni, Parnaíba, Santa Cruz do Sul, Linhares, Paranaguá, Uruguaiana, Alagoinhas, Poços de Caldas, Bragança Paulista, Araguaína, Castanhal, Barreiras, Garanhuns, Rio Verde, Barbacena, Jaú, Catanduva, Botucatu e Ji-Paraná).

Esses 111 centros urbanos compreendem 467 dos municípios atualmente existentes no país (5.507), isto porque grande parte deles é constituída por *aglomerações urbanas*.²

Para a hierarquização dos 111 centros urbanos de maior importância na rede urbana brasileira foram utilizados critérios relacionados à centralidade, escala de urbanização, grau de complexidade e diversificação da economia urbana. Com base nesses critérios o estudo elegeu os seguintes *indicadores principais*, definidores da posição hierárquica dos centros na rede urbana brasileira:³

2 A composição das aglomerações urbanas está descrita no volume 2 (Apêndice), de IPEA/IBGE/Nesur-IE-Unicamp (1999).

3 *Ibid.*

- classificação dos centros urbanos segundo o estudo da Região de Influência das Cidades (Regic), do IBGE, de 1993;
- sedes das principais empresas/grupos econômicos;
- embarques/desembarques de passageiros e cargas;
- agências bancárias/valor médio dos depósitos bancários;
- participação da população urbana na população total;
- participação da PEA em atividades urbanas; e
- estrutura ocupacional.

Ainda como nota introdutória cabe ressaltar que este estudo deve ser tomado como um documento básico de apresentação das estimativas de PIB em nível municipal, não postulando dar conta, nessa etapa, dos diferenciados processos regionais que determinaram a grande diversidade dos ritmos e da qualidade da evolução do produto dos centros urbanos ora em estudo.

2. Dimensão produtiva por classes de centros urbanos

Como já foi enfatizado por diversos autores, o crescimento econômico não ocorre em todos os pontos do espaço territorial de um país. A atividade produtiva tende a se concentrar em determinadas áreas, por motivos os mais diversos, mas preponderantemente por questões econômicas, que fazem com que haja uma diversidade de condições nessas áreas para a atração e o funcionamento de atividades produtivas.

Sabe-se que a atividade econômica no Brasil ocorre de forma bastante concentrada regionalmente. As estatísticas têm mostrado essa concentração e mesmo as estimativas de PIB para os estados a evidenciam. Possuindo agora estimativas para os PIBs municipais de forma abrangente para o conjunto de municípios brasileiros, é excelente a oportunidade de se conhecer como as atividades produtivas se distribuem segundo esse nível político-administrativo. A Tabela 1 permite que se tenha uma visão de como os 111 centros urbanos participaram na geração do PIB nacional em 1996.⁴

Fica evidente na Tabela 1 a supremacia das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro na geração do PIB nacional: cerca de 1/3 do

4 O Apêndice contém as informações detalhadas para os municípios dos centros regionais e sub-regionais, não discriminadas na Tabela 1.

Tabela 1

Produto Interno Bruto para classes de municípios e sua participação no PIB nacional em 1996^a (EM R\$ MILHÕES DE 1996)

BRASIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS	PIB DE 1996	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB NACIONAL DO ANO ^b			
		1975	1980	1985	1996
Brasil	691.908	100,00	100,00	100,00	100,00
A) Duas metrópoles globais	219.606	38,64	34,76	29,30	31,74
RM do Rio de Janeiro	63.641	13,27	11,76	9,71	9,20
RM de São Paulo	155.965	25,37	23,01	19,59	22,54
B) Sete metrópoles nacionais	125.781	14,33	16,32	17,10	17,97
RM de Fortaleza	8.105	0,73	0,96	1,07	1,17
RM do Recife	11.432	1,77	1,77	1,60	1,65
RM de Salvador	15.888	1,84	2,49	2,92	2,30
RM de Belo Horizonte	26.670	2,99	3,16	2,92	3,85
RM de Curitiba	17.872	1,43	1,81	2,05	2,58
RM de Porto Alegre	25.721	4,13	4,04	4,13	3,72
Brasília	18.685	1,44	2,08	2,41	2,70
Total (A+B)	343.971	52,97	51,08	46,40	49,71
C) Quatro metrópoles regionais	38.685	4,50	4,92	5,23	5,59
Manaus	7.703	0,61	1,00	1,16	1,11
RM de Belém	8.680	0,54	0,68	0,67	1,25
Campinas	14.741	2,93	2,68	2,77	2,13
Goiânia	7.561	0,42	0,55	0,63	1,09
D) 16 Centros regionais	64.187	6,34	7,21	8,55	9,28
E) 31 Centros sub-regionais 1	59.817	8,82	9,70	9,88	8,65
F) 51 Centros sub-regionais 2	38.073	5,44	5,73	5,98	5,50
Total (E+F)	97.890	14,26	15,43	15,86	14,15
Total dos 111 núcleos	544.733	78,07	78,64	76,04	78,73
Outros municípios	147.175	21,93	21,36	23,96	21,27

^a Ver na seção de introdução deste trabalho a listagem da composição das classes de centros urbanos.

^b Os PIBs nacionais em 1975, 1980 e 1985 eram, respectivamente, 394.496, 558.776 e 595.057, em R\$ milhões, a preços de 1996.

PIB brasileiro é resultado das atividades produtivas desenvolvidas nestas duas metrópoles. Se a essas duas regiões forem adicionadas as sete regiões metropolitanas nacionais, chega-se praticamente à metade do PIB do país.

Verifica-se também na Tabela 1 que as quatro metrópoles regionais e os centros regionais e sub-regionais (constituídos basicamente de cidades médias, aqui definidas como cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes) também são, em conjunto, importantes áreas de produção no país, responsabilizando-se por cerca de 30% do produto brasileiro. Esses 111 centros urbanos respondem praticamente por quase 80% do PIB, enquanto os demais municípios (5.040) produzem o restante.

É interessante observar que durante os 21 anos do período 1975/96 não houve praticamente alteração na importância que esses 111 centros urbanos tiveram na economia brasileira. Conforme se pode observar na Tabela 2, o conjunto deles praticamente manteve a participação na geração do PIB nacional. Como se pode ver, excluindo o ano de 1985 (no qual houve uma perda de participação de cerca de 3%), esse conjunto de municípios há mais de duas décadas vem sendo responsável, em números redondos, por 78% do PIB brasileiro. Portanto, pode-se notar uma estabilidade estrutural nesses 21 anos quanto às áreas nas quais a atividade produtiva no país vem ocorrendo. Essa conclusão não conflita com possíveis processos de desconcentração ou de concentração de atividades produtivas que possam ter ocorrido inter e intraclasses no interior desse conjunto de municípios. Por outro lado, a sustentação da participação desses 111 centros no total do produto nacional nas três últimas décadas mostra que o conhecido processo de *reversão da polarização* esteve restrito a esses 111 centros urbanos. No caso da desconcentração interclasses, fica claro que houve uma queda da participação das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, que tinham um peso de cerca de 39% em 1975 e que pouco a pouco tiveram a sua participação reduzida para cerca de 32% em 1996 — uma diminuição de 7 pontos percentuais —, enquanto a classe das metrópoles nacionais ganhou 3,6 pontos percentuais. As metrópoles regionais e os centros regionais também ganharam participação percentual: 1 ponto e 2,9 pontos, respectivamente. Os centros sub-regionais preservaram a sua participação.

Obviamente, as mudanças de participação resultam de dinâmicas de crescimento do PIB diferentes entre as classes dos centros urbanos. Basta ver que no período 1975/96 a economia brasileira cresceu em termos reais

Tabela 2

Taxas médias anuais de crescimento do PIB no período 1975/96 e em subperíodos, por classes de municípios (EM%)

BRASIL/NÚCLEOS MUNICIPAIS	SUBPERÍODO 1975/80	SUBPERÍODO 1980/85	SUBPERÍODO 1985/96	PERÍODO 1975/96
Brasil	7,21	1,27	1,38	2,71
Duas metrópoles globais	4,97	-2,14	2,12	1,75
Sete metrópoles nacionais	10,04	2,21	1,84	3,82
Total global mais nacional	6,44	-0,67	2,02	2,40
Quatro metrópoles regionais	9,11	2,52	2,00	3,77
16 Centros regionais	10,02	4,77	2,14	4,59
31 Centros sub-regionais 1	9,27	1,64	0,16	2,61
51 Centros sub-regionais 2	8,25	1,98	0,70	2,76
Total sub-regional	8,88	1,77	0,37	2,67
Total dos 111 núcleos	7,36	0,57	1,71	2,75
Outros municípios	6,66	3,68	0,26	2,57

2,71% em média a.a., enquanto as metrópoles globais cresceram 1,75%, comparado ao crescimento de 3,82% para as metrópoles nacionais, 3,77% para as metrópoles regionais e 4,59% para os centros regionais. A Tabela 2 mostra as taxas de crescimento para as demais classes (sub-regionais 1 e 2) e para os subperíodos 1975/80, 1980/85 e 1985/96.

O subperíodo 1975/80, correspondente à efetivação de investimentos vinculados ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, é uma época de grande crescimento econômico para todas as classes de municípios. Os 111 núcleos que compõem o conjunto de municípios aqui examinados cresceram à taxa de 7,36% agregadamente, mas algumas das classes de municípios mostraram desempenhos médios bem acima da média brasileira, que foi de 7,21%. Vejam-se as taxas para as metrópoles nacionais (10,04%), as metrópoles regionais (9,11%) e os centros regionais (10,02%) e sub-regionais (8,88%). As classes que tiveram um crescimento menor do que o crescimento nacional nesse subperíodo foram: a) a das metrópoles globais (crescimento de 4,97%) — resultado que ajudou a

promover uma desconcentração interna da atividade produtiva entre as 111 aglomerações; e *b*) a dos outros municípios, que cresceram em média 6,66% a.a. — resultado que aumentou ligeiramente a concentração das atividades produtivas no conjunto.⁵

O subperíodo 1980/85 apresentou quedas reais do PIB nacional em 1981 e 1983 que afetaram diferentemente a rede urbana brasileira. A classe de municípios mais afetada por essas crises foi a das metrópoles globais, que tiveram o seu PIB agregado reduzido no subperíodo a uma taxa média anual de 2,14%, a despeito de a economia nacional ter crescido à taxa de 1,27%. Apesar das crises econômicas e do pouco crescimento nacional nesse subperíodo, algumas classes de municípios que já vinham mostrando um acentuado crescimento no subperíodo anterior continuaram a ter um desempenho notavelmente positivo quando comparado com o nacional, como as metrópoles regionais e os centros regionais, que cresceram a taxas de 2,52% (praticamente o dobro da nacional) e 4,77% (quase quatro vezes a taxa nacional) a.a., em média. Deve-se notar também que, curiosamente, o crescimento dos outros municípios passou ao largo da crise dos anos iniciais da década de 80, pois seu PIB agregado cresceu 3,68 em média nesses anos.

No terceiro subperíodo, 1985/96, o crescimento nacional se faz a uma taxa média reduzida de 1,38% a.a., resultado líquido de quedas e aumentos no PIB brasileiro nesses anos, reflexo, entre outros fatores, da sucessão de políticas macroeconômicas voltadas para a estabilidade monetária (do tipo *stop and go*) e, mais recentemente, da política de abertura comercial. As taxas de crescimento observadas para as diferentes classes de municípios também são modestas, como se pode observar na Tabela 2, mas ainda em média (1,71%) superior ao crescimento nacional. Verifica-se que as metrópoles globais saíram da crise em que estavam no subperíodo anterior, crescendo modestamente (2,12%), mas a um ritmo superior ao nacional. Essa taxa de crescimento médio anual foi próxima às observadas para as metrópoles nacionais (1,84%), para as metrópoles regionais (2%) e os centros regionais (2,14%). Os centros sub-regionais e os outros municípios mostraram um desempenho medíocre nesses 11 anos, os primeiros crescendo em média 0,37% a.a. (praticamente 1/4 do crescimento nacional) e os últimos, à reduzida taxa de 0,26%.

⁵ A participação do conjunto passou de 78,07% para 78,73%.

Das observações feitas fica claro que, em face da diversidade de experiências de crescimento econômico nesses municípios no período e nos subperíodos examinados, será interessante aprofundar a análise do desempenho produtivo dos centros urbanos componentes das diversas classes com a finalidade de conhecer a *performance* individualizada dos mesmos. Isso é o que será feito na seção a seguir.

3. Desempenho produtivo dos centros urbanos

Observou-se que o conjunto das duas principais metrópoles nacionais (as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro) teve o pior desempenho produtivo no período 1975/96 entre as classes de centros da rede urbana brasileira. Esse resultado foi devido não apenas a uma *performance* mais modesta da região metropolitana de São Paulo, mas principalmente porque a do Rio de Janeiro mostrou-se particularmente pouco dinâmica nesse período, como mostra a Tabela 3.

Enquanto o país como um todo cresceu em média pouco mais de 7% a.a. no subperíodo 1975/80, as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro cresceram de forma mais modesta, respectivamente, 5,14% e 4,64%, talvez até como resultado da grande concentração das atividades econômicas nessas duas áreas.⁶ Enquanto isso, várias metrópoles nacionais e regionais (como Salvador, Fortaleza, Brasília, Curitiba, Belém, Goiânia e Manaus) exibiam taxas de crescimento acima de 10%.

A crise econômica do início dos anos 80, refletida na redução da taxa de crescimento média anual do PIB nacional de 7,21 no subperíodo 1975/80 para 1,27% no subperíodo 1980/85, implicou uma redução enorme no crescimento observado para todas as metrópoles. Algumas das metrópoles, na verdade, apresentaram uma involução no seu processo de crescimento econômico, reduzindo consideravelmente a sua atividade produtiva, como as metrópoles globais de São Paulo e do Rio de Janeiro e as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e do Recife, todas com taxas negativas de crescimento. Deve-se observar que, mesmo com a crise, várias das metrópoles nacionais e regionais que tinham apresentado um destacado

6 Concomitantemente com os esforços de tornar menos concentrada a distribuição espacial das atividades econômicas, devem ser considerados como bem-vindos políticas e programas que tenham a finalidade de estimular o nível de produtividade das áreas metropolitanas nacionais e que pretendam diminuir as deseconomias de aglomeração (como os congestionamentos e os elevados custos de uso do espaço, por exemplo, e demais efeitos da excessiva concentração de atividades e de pessoas) que incidem sobre a sua atividade produtiva, dificultando o seu desenvolvimento econômico.

Tabela 3

Taxa média de crescimento anual do PIB para as metrópoles globais, nacionais e regionais no período 1975/96 e subperíodos

(EM %)

	1975/80	1980/85	1985/96	1975/96
Metrópoles globais				
RM do Rio de Janeiro	4,64	-2,54	0,88	0,93
RM de São Paulo	5,14	-1,94	2,68	2,14
Metrópoles nacionais				
RM de Fortaleza	13,33	3,41	2,24	5,06
RM do Recife	7,29	-0,82	1,68	2,38
RM de Salvador	13,87	4,56	-0,83	3,79
RM de Belo Horizonte	8,38	-0,31	3,96	3,96
RM de Curitiba	12,39	3,79	3,54	5,65
RM de Porto Alegre	6,73	1,68	0,42	2,19
Brasília	15,48	4,29	2,43	5,85
Metrópoles regionais				
Manaus	18,26	4,22	1,04	5,67
RM de Belém	12,13	1,05	7,27	6,88
Campinas	5,35	1,89	-1,00	1,17
Goiânia	13,29	4,08	6,55	7,52

crescimento nos cinco últimos anos da década de 70 continuaram a ter no subperíodo seguinte um substancial crescimento, da ordem de 3% a 4% a.a., como Salvador (4,56%), Brasília (4,29%), Goiânia (4,08%), Manaus (4,22%), Fortaleza (3,41%) e Curitiba (3,79%).

No subperíodo 1985/96, as metrópoles globais de São Paulo e do Rio voltaram a ter desempenho positivo, mas razoavelmente pequeno, principalmente no caso da metrópole fluminense (0,88% contra 2,68% para a paulista). Excetuando-se os casos de crescimento negativo de Salvador (-0,83%) e de Campinas (-1%), algumas das metrópoles nacionais e

regionais tiveram um crescimento substancial quando comparado com o nacional (1,38%) nesse subperíodo, chamando a atenção os crescimentos de Belo Horizonte (cerca de 4%), Curitiba (3,54%), Belém (7,27%) e Goiânia (cerca de 7%).

Em função desses resultados nos subperíodos, chamam a atenção as *performances* em termos de crescimento econômico das metrópoles:

- Belém e Goiânia, com taxas de crescimento da ordem de 7%;
- Fortaleza, Brasília, Curitiba e Manaus, com taxas entre 5% e cerca de 6%;
- Salvador e Belo Horizonte, com taxas de cerca de 4%;
- São Paulo, Recife e Porto Alegre, com taxas pouco acima de 2%; e
- Rio de Janeiro e Campinas, com crescimento médio de cerca de 1%.

Os centros regionais tiveram uma *performance* muito boa no período 1975/96, com pouquíssimas exceções, como mostra a Tabela 4. Esses centros apresentaram elevado crescimento na segunda metade da década de 70, vários deles praticamente ignoraram a crise dos anos iniciais da década de 80 e continuaram a ter um desempenho muito bom nos últimos 11 anos do período 1975/96. Excluindo São José dos Campos (1,94%), Santos (1,06%) e Londrina (1,22%), os demais centros regionais cresceram a taxas que variaram entre cerca de 5% e quase 10% em média a.a. nesses 21 anos. Os maiores destaques foram os centros de Campo Grande (9,88%), Porto Velho (9,11%), Rio Branco (8,66%), São Luís (8,37%), Cuiabá (8,19%) e Florianópolis (8,08%), todos capitais estaduais.

A experiência de crescimento econômico no período 1975/96 para os centros sub-regionais mostra que o dinamismo das suas economias, embora não acentuado quanto o observado para os centros regionais, foi também bem significativo para muitos deles, particularmente os centros sub-regionais 1.

Todos os centros sub-regionais tiveram acentuado crescimento no subperíodo 1975/80, provavelmente aproveitando-se da tendência de grande dinamismo da economia nacional. Entretanto, muitos deles tiveram sua *performance* bastante afetada nos subperíodos 1980/85 e 1985/96. Em ambos, são muitos os casos de taxas de crescimento negativas. Por isso, as taxas médias anuais para todo o período para muitos dos centros mostram-se em um patamar bastante mais baixo do que aqueles exibidos pelos centros regionais. Entretanto, podem ser observadas situações particulares de acentuado crescimento, como os casos de São José do Rio

Tabela 4

Taxa média de crescimento anual do PIB para os centros regionais e sub-regionais no período 1975/96 e subperíodos (EM %)

	UF	1975/80	1980/85	1985/96	1975/96
Centros regionais					
Porto Velho	RO	15,62	6,01	7,68	9,11
Rio Branco	AC	18,76	3,48	6,70	8,66
São Luís	MA	12,73	13,32	4,31	8,37
Teresina	PI	11,80	3,65	6,41	6,99
Natal	RN	14,10	5,06	4,11	6,63
João Pessoa	PB	9,70	1,42	5,35	5,41
Maceió	AL	11,32	0,76	5,51	5,70
Aracaju	SE	6,84	14,21	0,88	5,33
Vitória	ES	17,20	3,54	1,41	5,48
São José dos Campos	SP	11,86	7,53	-4,40	2,06
Ribeirão Preto	SP	8,97	3,36	3,31	4,64
Santos	SP	6,93	1,47	-1,63	1,09
Londrina	PR	1,55	2,49	0,64	1,30
Florianópolis	SC	11,33	1,47	9,74	8,08
Campo Grande	MS	12,81	3,89	11,37	9,88
Cuiabá	MT	12,13	10,78	5,30	8,19
Centros sub-regionais 1					
Boa Vista	RR	12,74	10,04	7,50	9,33
Macapá	AP	14,17	3,17	6,94	7,70
Palmas	TO	11,96	2,13	7,78	7,38
Imperatriz	MA	21,82	1,40	-1,71	4,22
Juazeiro do Norte/Crato	CE	11,46	-1,14	0,17	2,43
Campina Grande	PB	8,54	-0,28	-0,69	1,53

(continua)

(continuação)

	UF	1975/80	1980/85	1985/96	1975/96
Caruaru	PE	3,28	3,91	-0,19	1,60
Petrolina/Juazeiro	PE/BA	7,37	8,63	3,56	5,65
Ilhéus/Itabuna	BA	11,55	12,58	-6,77	1,77
Feira de Santana	BA	10,32	1,54	1,71	3,66
Vitória da Conquista	BA	7,67	0,64	4,41	4,26
Uberlândia	MG	10,37	1,37	1,53	3,53
Juiz de Fora	MG	8,29	1,93	3,77	4,39
Uberaba	MG	21,97	-1,48	0,41	4,70
Volta Redonda/Barra Mansa	RJ	4,69	1,98	-4,26	-0,72
Campos dos Goytacazes	RJ	1,85	-2,59	2,62	1,17
Sorocaba	SP	14,04	2,23	0,65	4,08
São José do Rio Preto	SP	9,20	1,38	6,51	5,89
Jundiaí	SP	6,54	-1,20	1,16	1,84
Presidente Prudente	SP	5,31	-2,79	7,09	4,23
Limeira	SP	6,59	3,84	1,08	3,02
Araraquara/São Carlos	SP	9,86	-0,08	2,12	3,37
Bauru	SP	7,21	1,54	5,86	5,13
Maringá	PR	0,93	2,75	1,84	1,84
Cascavel	PR	4,75	6,58	-1,34	1,93
Joinville	SC	13,02	-0,14	-1,28	2,23
Blumenau	SC	15,28	1,10	-2,93	2,11
Caxias do Sul	RS	9,03	2,48	-2,27	1,45
Pelotas/Rio Grande	RS	8,77	-3,55	-0,91	0,66
Dourados	MS	14,86	0,85	0,44	3,80
Anápolis	GO	23,79	-0,76	-2,93	3,40

(continua)

(continuação)

	UF	1975/80	1980/85	1985/96	1975/96
Centros sub-regionais 2					
Ji-Paraná	RO	-	-1,99	5,56	-
Castanhal	PA	13,77	8,36	-0,51	4,83
Santarém	PA	12,55	2,93	0,45	3,81
Marabá	PA	13,52	26,76	6,10	12,49
Araguaína	TO	20,76	-6,56	-2,01	1,83
Caxias	MA	7,42	-0,67	-1,25	0,89
Parnaíba	PI	8,24	2,43	-1,28	1,79
Sobral	CE	12,47	-0,08	-0,42	2,59
Mossoró	RN	5,97	11,54	-3,90	1,91
Garanhuns	PE	1,33	0,93	0,01	0,54
Arapiraca	AL	7,66	3,17	-1,12	1,93
Jequié	BA	5,50	2,96	0,58	2,30
Barreiras	BA	16,36	9,37	11,93	12,35
Alagoinhas	BA	5,87	-3,87	4,08	2,55
Ipatinga	MG	32,07	3,08	-8,13	2,95
Itabira	MG	-7,24	1,14	-0,72	-1,88
Montes Claros	MG	9,29	2,56	2,68	4,19
Governador Valadares	MG	3,91	-1,32	3,64	2,50
Barbacena	MG	6,79	-0,59	2,53	2,77
Divinópolis	MG	3,99	4,04	3,76	3,88
Sete Lagoas	MG	9,31	2,26	1,30	3,38
Teófilo Otoni	MG	0,05	-4,58	4,21	1,06
Poços de Caldas	MG	12,88	2,29	-2,12	2,33
Cachoeiro do Itapemirim	ES	9,12	-2,98	3,51	3,22
Linhares	ES	5,12	7,02	-0,80	2,41

(continua)

(continuação)

	UF	1975/80	1980/85	1985/96	1975/96
Cabo Frio	RJ	8,88	1,87	5,24	5,28
Nova Friburgo	RJ	12,66	-4,04	2,01	2,94
Araçatuba	SP	3,65	5,98	5,14	4,98
Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	SP	7,22	5,22	-0,70	2,54
Jaú	SP	8,29	0,56	2,59	3,43
Catanduva	SP	3,36	3,24	3,52	3,41
Botucatu	SP	11,76	4,66	3,52	5,70
Guaratinguetá/Aparecida	SP	3,53	1,69	0,84	1,68
Piracicaba	SP	9,08	-2,97	2,63	2,75
Franca	SP	13,26	5,01	4,37	6,58
Marília	SP	3,84	1,45	6,14	4,46
Bragança Paulista	SP	11,09	5,48	4,12	6,07
Ponta Grossa	PR	3,28	0,81	-3,03	-0,65
Foz do Iguaçu	PR	22,17	-6,06	8,76	7,98
Guarapuava	PR	-8,02	-0,94	-0,52	-2,46
Paranaguá	PR	7,01	-0,34	-6,25	-1,83
Criciúma	SC	14,20	1,49	-1,02	3,02
Itajaí	SC	3,47	4,69	2,54	3,27
Lajes	SC	4,81	-0,19	-1,22	0,43
Chapecó	SC	12,67	3,53	0,67	4,10
Santa Maria	RS	5,14	-5,98	5,18	2,40
Passo Fundo	RS	5,60	0,74	0,51	1,76
Santa Cruz do Sul	RS	5,96	4,78	-0,91	2,03
Uruguaiana	RS	8,92	3,49	-3,00	1,26
Rondonópolis	MT	11,32	4,50	3,33	5,46
Rio Verde	GO	9,60	10,93	-0,03	4,75

Preto (5,89%), Petrolina/Juazeiro (5,65%), Macapá (7,70%), Boa Vista (9,33%) e Palmas (7,38%) entre os centros sub-regionais de nível 1, e Cabo Frio (5,28%), Franca (6,58%), Foz do Iguaçu (7,98%), Marabá (12,49%), Bragança Paulista (6,07%), Rondonópolis (5,46%), Barreiras (12,35%) e Botucatu (5,70%), entre os centros sub-regionais de nível 2. A Tabela 4 também mostra vários centros com crescimento entre 3% e 5%, como Sorocaba, São José do Rio Preto, Limeira, Araraquara/São Carlos, Feira de Santana, Uberlândia, Juiz de Fora, Imperatriz, Vitória da Conquista, Uberaba, Presidente Prudente e Dourados, entre os sub-regionais 1, e Araçatuba, Criciúma, Itajaí, Montes Claros, Santarém, Marília, Sete Lagoas, Cachoeiro do Itapemirim, Chapecó, Castanhal, Rio Verde, Jaú e Catanduva, entre os sub-regionais 2.

Fica claro na mesma tabela que alguns centros sub-regionais tiveram uma *performance* de crescimento bastante menor do que os já citados e muitas das metrópoles, provavelmente causada por questões particulares, relacionadas talvez com a má composição da sua estrutura produtiva, talvez por condições desfavoráveis de competitividade da sua produção. Esta questão vai ser examinada na seção a seguir.

4. Decomposição do crescimento econômico do período 1975/96

Sempre que se está analisando o crescimento do PIB de uma região durante um período de tempo é possível usar o método estrutural-diferencial (*shift-share*) com a finalidade de decompor a variação ocorrida no PIB em parcelas que têm um significado analítico interessante. Esta decomposição será feita aqui com a finalidade de aprofundar a análise do desempenho econômico dos centros urbanos em exame.

Chamando de Y_{ij}^t o PIB produzido pelo setor i no município j no ano t , pode-se demonstrar que a variação do PIB desse município entre o ano inicial (0) e o ano final (t) pode ser expressa como:

$$\sum_i [Y_{ij}^t - Y_{ij}^0] = \sum_i [Y_{ij}^0 (r - 1)] + \sum_i [Y_{ij}^0 (r_i - r)] + \sum_i [Y_{ij}^0 (r_{ij} - r_i)]$$

onde r é a taxa de variação do PIB brasileiro no período, r_i é a taxa de variação do PIB do setor i no Brasil e r_{ij} é a taxa de variação do PIB do setor i em j . Assim, a variação do PIB de j pode ser decomposta em três componentes:

a) o componente *nacional* $\{\sum_i [Y_{ij}^0 (r-1)]\}$, que mede qual seria a variação do PIB de j se este tivesse variado o seu PIB à mesma taxa de variação do PIB nacional; b) o componente *estrutural* $\{\sum_i [Y_{ij}^0 (r_i - r)]\}$, que mede a variação do PIB de j em função da forma como este distribui sua estrutura produtiva entre os setores produtivos i mais ou menos dinâmicos em nível nacional; e c) o componente *diferencial* $\{\sum_i [Y_{ij}^0 (r_{ij} - r_i)]\}$, que mensura a variação do PIB de j em função de seus setores produtivos i serem mais ou menos dinâmicos que estes setores o são em nível nacional. Quando o componente estrutural é positivo, significa que a estrutura produtiva de j estava alocada preponderantemente nos setores i que foram mais dinâmicos na economia brasileira no período em análise. Se negativo, a conclusão é a inversa. Quanto ao componente diferencial, quando é positivo significa que, dada a sua estrutura produtiva, alguns ou todos os seus setores produtivos tiveram uma *performance* melhor do que os respectivos setores nacionais. Se esse componente for negativo, significa um pior desempenho setorial agregado para as atividades de j . Quando for esse o caso, vale a pena investigar quais as razões que explicam como esses setores de j tiveram um desempenho pior. A Tabela 5 mostra os resultados da decomposição efetuada nas variações de PIB para as metrópoles brasileiras. Deve-se notar que os componentes estrutural e diferencial foram calculados usando-se as estruturas produtivas das metrópoles em 1975 (“base 1975”) e de 1996 (“base 1996”). Isto foi feito com a finalidade de verificar se houve mudança na estrutura produtiva dessas metrópoles (o que pode ser inferido calculando-se a diferença dos valores para o componente) e, em caso afirmativo, de que forma ela afetou a *performance* econômica das mesmas.⁷

Comparando-se os resultados obtidos com a estrutura produtiva que essas metrópoles tinham em 1975, observa-se que os resultados mostrados na Tabela 5 para as metrópoles globais de São Paulo e do Rio de Janeiro evidenciam que o seu modesto crescimento no período 1975/96 pode ser explicado basicamente pelo componente diferencial.⁸ Veja-se, por exemplo, o caso de São Paulo: seu PIB aumentou em torno de R\$ 56 bilhões.

7 A componente estrutural baseada na estrutura produtiva de 1996 foi calculada como $\sum_i \{Y_{ij}^t - [Y_{ij}^t (1/r_i)r]\}$. A componente diferencial foi calculada residualmente.

8 Portanto, isto corrige aquela primeira impressão, qual seja, a de que seu menor crescimento pudesse ser explicado pela sua escala econômica.

Tabela 5

Decomposição da variação do PIB nas metrópoles da rede urbana brasileira no período 1975/96 nos componentes nacional, estrutural e diferencial (EM R\$ MILHÕES, A PREÇOS DE 1996)

	VARIACÃO	COMPO- NENTE NACIONAL	COMPONENTE ESTRUTURAL ^a			COMPONENTE DIFERENCIAL ^a	
			BASE 1975 (A)	BASE 1996 (B)	(B - A)	BASE 1975	BASE 1996
Metrópoles globais							
RM do Rio de Janeiro	11.285	39.471	5.637	-2.533	-8.170	-33.823	-25.653
RM de São Paulo	55.890	75.447	1.071	4.126	3.055	-20.628	-23.684
Metrópoles nacionais							
RM de Fortaleza	5.233	2.166	241	46	-195	2.826	3.021
RM do Recife	4.456	5.259	514	222	-292	-1.318	-1.025
RM de Salvador	8.609	5.482	475	4	-471	2.652	3.123
RM de Belo Horizonte	14.860	8.903	1.159	-496	-1.655	4.798	6.453
RM de Curitiba	12.233	4.252	410	21	-389	7.571	7.960
RM de Porto Alegre	9.414	12.294	414	141	-273	-3.294	-3.021
Brasília	13.020	4.271	840	691	-149	7.909	8.058
Metrópoles regionais							
Manaus	5.285	1.823	76	-36	-113	3.386	3.499
RM de Belém	6.532	1.619	263	133	-129	4.650	4.780
Campinas	3.189	8.709	-118	122	240	-5.402	-5.642
Goiânia	5.910	1.244	301	145	-155	4.365	4.521

^a O componente estrutural foi calculado usando a composição da estrutura produtiva do ano inicial do período ("base 1975") e do ano final ("base 1996"). Por esse motivo, o componente diferencial está calculado da mesma forma.

São Paulo poderia ter aumentado seu PIB em aproximadamente R\$ 75 bilhões se tivesse crescido à mesma taxa que a economia nacional e mais cerca de R\$ 1 bilhão, pelo fato de sua estrutura produtiva ser concentrada nos setores nacionais mais dinâmicos. Entretanto, fica evidenciado que seu desempenho agregado foi prejudicado pelo fato de que seus setores produtivos tiveram um desempenho pior do que esses mesmos setores

Tabela 6

Diferença entre as taxas de variação do PIB setorial das metrópoles e do Brasil no período 1975/96 ($r_{ij} - r_i$)^a

	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
Metrópoles globais			
RM do Rio de Janeiro	-0,90	-0,36	-0,76
RM de São Paulo	-0,79	-0,53	0,17
Metrópoles nacionais			
RM de Fortaleza	-0,04	1,63	0,81
RM do Recife	-0,48	-0,63	0,05
RM de Salvador	-0,80	0,51	0,29
RM de Belo Horizonte	-0,44	1,37	0,01
RM de Curitiba	-0,28	2,10	1,04
RM de Porto Alegre	-0,10	-0,31	-0,12
Brasília	0,97	0,74	1,52
Metrópoles regionais			
Manaus	0,48	1,90	1,17
RM de Belém	1,33	3,34	1,81
Campinas	-0,48	-0,47	-0,46
Goiânia	-0,08	22,20	1,84

^a As taxas r_i do Brasil são as seguintes: setor primário = 1,26; setor secundário = 1,58; e setor terciário = 1,98.

nacionalmente. Examinando-se a Tabela 6, fica claro que isto se deveu às piores *performances* dos seus setores primário e secundário, a despeito de o seu setor terciário ter tido um melhor desempenho que o terciário nacional, e ao fato de sua estrutura produtiva não estar concentrada neste setor mais dinâmico.⁹

⁹ Pode causar estranheza a referência ao setor primário dessa região metropolitana. Apesar de pequeno, ele existe e, no caso de alguns municípios componentes da região, este setor tem maior importância.

O pior desempenho da metrópole do Rio de Janeiro no período 1975/96 também pode ser explicado pelo componente diferencial. Essa metrópole poderia ter aumentado o seu PIB em cerca de R\$ 45 bilhões (R\$ 39,4 bilhões se tivesse crescido como a economia brasileira + R\$ 5,6 bilhões, porque sua estrutura produtiva se concentrava em setores dinâmicos nacionalmente). Entretanto, seu PIB aumentou pouco mais de R\$ 11 bilhões no período porque todos os seus três setores (primário, secundário, terciário) mostraram menos dinamismo que os mesmos tiveram no país.

Pode-se observar na Tabela 4 que quase todas as outras metrópoles (as exceções foram Recife, Porto Alegre e Campinas) apresentaram condições favoráveis ao crescimento do seu PIB, tanto em termos da composição da sua estrutura produtiva quanto do crescimento diferencial dos seus setores. É bem verdade que o setor primário mostrou-se desvantajoso em termos de desempenho para praticamente todas elas (ver Tabela 6), mas isto foi mais que compensado pela melhor *performance* dos outros dois setores.

Foram mencionadas como exceção as metrópoles do Recife, Porto Alegre e Campinas. As situações de Porto Alegre e Campinas mostram-se semelhantes ao caso do Rio de Janeiro: o seu desempenho setorial (para todos os três setores) foi ruim, o que produziu um componente diferencial negativo. Campinas teve um problema adicional: a Tabela 5 mostra que seu componente estrutural foi negativo, o que significa que a composição da sua estrutura produtiva se concentrava em setores pouco dinâmicos em nível nacional. O caso do Recife foi causado pelo desfavorável crescimento dos seus setores primário e secundário, conforme mostrado na Tabela 6.

Deve-se notar que o diagnóstico que está sendo feito quanto aos componentes estrutural e diferencial baseia-se na estrutura produtiva existente em cada um dos municípios no início do período, os valores Y_{ij}^0 , como demonstrado na expressão da decomposição. No presente caso, a estrutura produtiva a que se está fazendo referência é a que existia em 1975. Entretanto, tal diagnóstico pode não mais fazer sentido, na medida em que esta estrutura pode ter se modificado nos 21 anos do período. Assim, para testar a ocorrência de possível mudança estrutural nessas metrópoles e centros, é possível recalcular os componentes estrutural e diferencial, usando agora a composição da estrutura produtiva de 1996. Os resultados apresentados na Tabela 5 mostram que:

a) Houve mudanças estruturais nessas metrópoles no período considerado. Essas mudanças, para quase todas as regiões metropolitanas (exceto

São Paulo e Campinas), ocorreram sob as formas de maior especialização produtiva nos setores que estavam crescendo relativamente menos, e de menor especialização nos setores que estavam crescendo relativamente mais. Daí o sinal negativo para a diferença entre o componente estrutural calculado para as composições final e inicial. São Paulo e Campinas, pelo contrário, passaram por uma reestruturação produtiva favorável.

b) Houve uma mudança estrutural de conseqüências bastante consideráveis nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de Manaus, capaz de alterar completamente o efeito positivo do maior dinamismo produtivo que alguns setores apresentaram nacionalmente: o componente estrutural, com a mudança, passou de positivo para negativo, indicando uma contribuição desfavorável da sua estrutura produtiva para o crescimento econômico.

Os valores calculados para a componente diferencial, agora computados com a estrutura produtiva de 1996, confirmam a análise feita anteriormente, que mostrava que alguns setores locais para São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Campinas tiveram um desempenho relativamente menor do que o observado nacionalmente, indicando alguma desvantagem comparativa.

A Tabela 7 registra a mesma decomposição feita para os centros regionais e sub-regionais. Deve-se recordar, como visto na Tabela 4, que os centros regionais em geral tiveram um desempenho produtivo muito bom no período, com taxas entre 5% e 10%, sendo exceções os centros urbanos de São José dos Campos, Santos e Londrina, com crescimento positivo, mas pequeno, da ordem de 1% a 2% a.a.

A Tabela 7 mostra que para muitos dos centros regionais os componentes estrutural e diferencial foram favoráveis ao crescimento do PIB, seja usando a estrutura produtiva de 1975 ou a de 1996. Houve mudanças nas estruturas produtivas desses centros e os efeitos foram mistos — em muitos casos, a mudança foi favorável ao crescimento do PIB, em outros, desfavorável. A mesma tabela mostra, além disso, que o componente diferencial foi, basicamente, a principal fonte do crescimento observado para os PIBs dos mesmos. A Tabela 8 mostra que o setor primário desses centros regionais teve o mesmo mau desempenho (diferenças negativas nas taxas de variação) do setor primário das metrópoles, mas que foi compensado pelo desempenho dos outros setores, produzindo um componente positivo e altamente explicativo do crescimento do seu PIB para muitos desses centros.

Tabela 7

Decomposição da variação do PIB nos centros regionais e sub-regionais no período 1975/96 nos componentes nacional, estrutural e diferencial

	UF	VARIÇÃO	COMPO- NENTE NACIONAL	COMPONENTE ESTRUTURAL ^a			COMPONENTE DIFERENCIAL	
				BASE 1975 (A)	BASE 1996 (B)	(B-A)	BASE 1975	BASE 1996
Centros regionais								
Porto Velho	RO	2.077	299	-6	237	243	1.784	1.541
Rio Branco	AC	1.080	172	-7	69	76	914	839
São Luís	MA	3.085	527	106	76	-30	2.452	2.482
Teresina	PI	1.638	394	73	54	-19	1.171	1.190
Natal	RN	2.755	728	100	8	-92	1.927	2.019
João Pessoa	PB	1.737	647	58	117	59	1.032	973
Maceió	AL	2.232	765	118	-34	-152	1.349	1.502
Aracaju	SE	1.650	629	56	61	5	965	961
Vitória	ES	3.862	1.407	199	96	-103	2.256	2.359
São José dos Campos	SP	2.366	3.341	-179	176	355	-796	-1.151
Ribeirão Preto	SP	2.849	1.349	75	11	-64	1.425	1.489
Santos	SP	1.627	4.814	712	-130	-842	-3.900	-3.058
Londrina	PR	807	1.961	-1	-32	-31	-1.153	-1.121
Florianópolis	SC	3.665	672	72	233	160	2.920	2.760
Campo Grande	MS	4.069	493	85	125	39	3.491	3.451
Cuiabá	MT	3.678	657	46	114	68	2.975	2.906
Centros sub-regionais 1								
Boa Vista	RR	700	96	-5	51	56	609	553
Macapá	AP	812	163	6	23	17	642	625
Palmas	TO	365	80	-9	7	16	294	278

(continua)

(continuação)

	UF	VARIACÃO	COMPO- NENTE NACIONAL	COMPONENTE ESTRUTURAL ^a			COMPONENTE DIFERENCIAL	
				BASE 1975 (A)	BASE 1996 (B)	(B-A)	BASE 1975	BASE 1996
Imperatriz	MA	270	147	-14	17	31	136	106
Juazeiro do Norte/Crato	CE	161	185	10	1	-9	-35	-26
Campina Grande	PB	162	324	26	5	-21	-188	-167
Caruaru	PE	111	211	25	-9	-34	-126	-91
Petrolina/Juazeiro	PE/BA	664	231	25	-73	-98	408	506
Ilhéus/Itabuna	BA	279	473	5	12	8	-199	-206
Feira de Santana	BA	554	371	45	-30	-74	138	213
Vitória da Conquista	BA	322	173	23	-14	-38	125	163
Uberlândia	MG	1.026	721	94	-83	-177	210	388
Juiz de Fora	MG	1.364	703	85	-52	-137	576	713
Uberaba	MG	734	341	32	-57	-89	361	450
Volta Redonda/Barra Mansa	RJ	-535	2.862	-4	0	3	-3.394	-3.397
Campos dos Goytacazes	RJ	277	753	25	-23	-47	-500	-453
Sorocaba	SP	3.274	1.878	-57	12	69	1.453	1.385
São José do Rio Preto	SP	1.706	552	86	-28	-114	1.068	1.182
Jundiaí	SP	1.197	1.936	-128	62	190	-610	-800
Limeira	SP	1.856	1.609	-115	-64	51	362	311
Araraquara/São Carlos	SP	1.364	1.020	-8	-54	-46	351	397
Bauru	SP	1.393	564	94	-16	-110	735	845
Presidente Prudente	SP	691	375	54	-9	-63	261	324
Maringá	PR	600	970	-2	-3	-1	-368	-367
Cascavel	PR	673	1.024	-140	-62	78	-211	-289

(continua)

(continuação)

	UF	VARIACÃO	COMPO- NENTE NACIONAL	COMPONENTE ESTRUTURAL ^a			COMPONENTE DIFERENCIAL	
				BASE 1975 (A)	BASE 1996 (B)	(B-A)	BASE 1975	BASE 1996
Joinville	SC	1.354	1.731	-199	112	311	-178	-489
Blumenau	SC	940	1.288	-75	37	112	-274	-385
Caxias do Sul	RS	1.711	3.662	-249	124	373	-1.702	-2.075
Pelotas/Rio Grande	RS	256	1.293	25	61	35	-1.063	-1.098
Dourados	MS	432	274	-9	-15	-6	167	173
Anápolis	GO	306	227	43	-4	-47	36	83
Centros sub-regionais 2								
Ji-Paraná	RO	-	-	0	19	19	0	-19
Santarém	PA	193	122	3	-17	-19	68	87
Marabá	PA	606	42	1	-61	-62	563	625
Castanhal	PA	156	69	-4	-9	-6	90	96
Araguaína	TO	45	74	0	-16	-16	-29	-13
Caxias	MA	18	66	-7	7	14	-41	-55
Parnaíba	PI	72	120	-2	1	4	-46	-49
Sobral	CE	94	100	2	-1	-3	-8	-5
Mossoró	RN	172	266	-4	-6	-2	-89	-87
Garanhuns	PE	15	95	12	-7	-18	-92	-73
Jequié	BA	86	106	7	-8	-15	-27	-12
Alagoinhas	BA	85	92	11	-8	-19	-18	1
Barreiras	BA	344	25	4	-64	-68	316	383
Ipatinga	MG	752	675	-28	7	35	105	70
Itabira	MG	-342	784	-91	89	180	-1.035	-1.216
Montes Claros	MG	573	316	18	-26	-44	239	283

(continua)

(continuação)

	UF	VARIÇÃO	COMPO- NENTE NACIONAL	COMPONENTE ESTRUTURAL ^a			COMPONENTE DIFERENCIAL	
				BASE 1975 (A)	BASE 1996 (B)	(B-A)	BASE 1975	BASE 1996
Governador Valadares	MG	319	354	33	-12	-45	-68	-23
Divinópolis	MG	449	276	15	-30	-44	158	202
Sete Lagoas	MG	360	269	3	-17	-20	88	109
Teófilo Otoni	MG	58	176	4	2	-2	-122	-120
Poços de Caldas	MG	280	340	-4	-2	1	-56	-57
Barbacena	MG	176	171	20	-25	-46	-16	30
Cachoeiro do Itapemirim	ES	334	267	4	-9	-12	64	76
Linhares	ES	156	181	-26	-23	3	1	-2
Cabo Frio	RJ	609	236	18	28	9	355	345
Nova Friburgo	RJ	363	326	7	-19	-26	29	55
Araçatuba	SP	1.105	469	9	-58	-67	626	693
Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	SP	662	720	-77	16	93	18	-75
Guaratinguetá/Aparecida	SP	327	591	27	11	-15	-290	-275
Piracicaba	SP	1.049	1.030	-49	51	100	68	-32
Franca	SP	1.274	342	2	-50	-52	930	982
Marília	SP	683	344	11	1	-10	329	339
Bragança Paulista	SP	515	159	5	-14	-19	352	370
Jaú	SP	380	279	-17	-20	-3	118	121
Catanduva	SP	305	224	16	-13	-29	65	94
Botucatu	SP	451	154	11	-10	-21	285	307
Ponta Grossa	PR	-143	842	13	-17	-30	-998	-968

(continua)

(continuação)

	UF	VARIACÃO	COMPO- NENTE NACIONAL	COMPONENTE ESTRUTURAL ^a			COMPONENTE DIFERENCIAL	
				BASE 1975 (A)	BASE 1996 (B)	(B-A)	BASE 1975	BASE 1996
Foz do Iguaçu	PR	774	145	18	-8	-27	611	637
Guarapuava	PR	-432	799	-238	181	418	-993	-1.411
Paranaguá	PR	-197	462	124	-94	-218	-783	-565
Criciúma	SC	541	470	-48	18	65	119	53
Itajaí	SC	508	397	19	34	15	92	77
Lajes	SC	51	399	-7	4	11	-341	-353
Chapecó	SC	359	204	-27	-8	20	182	162
Santa Maria	RS	330	385	46	-9	-56	-101	-46
Passo Fundo	RS	697	1.190	-139	-20	118	-355	-473
Santa Cruz do Sul	RS	554	795	-94	1	95	-147	-242
Uruguaiana	RS	104	259	-22	-5	17	-134	-150
Rondonópolis	MT	372	137	-12	3	15	248	233
Rio Verde	GO	251	115	-23	-26	-3	159	162

^a O componente estrutural foi calculado usando a composição da estrutura produtiva do ano inicial do período ("base 1975") e do ano final ("base 1996"). Por esse motivo, o componente diferencial está calculado da mesma forma.

Voltando às exceções de São José dos Campos, Santos e Londrina: Santos teve um baixo crescimento em decorrência do mau desempenho relativo de *todos* os seus setores produtivos, apresentando taxas inferiores às taxas nacionais. O problema de Londrina se deve ao seu baixo desempenho, tanto no setor primário quanto no terciário. Já no caso de São José dos Campos, o problema não foi causado apenas pelo menor crescimento de alguns dos seus setores (primário e secundário), mas também pela especialização estrutural inicial em setores produtivos com menor dinamismo nacional, felizmente alterada no período em direção a setores mais dinâmicos.

O crescimento excepcional para alguns dos centros regionais pode ser entendido pelas enormes diferenças de desempenho do setor secundário, como nos casos de São Luís ($r_{ij} - r_i = 9,77$), Campo Grande (13,87) e Rio Branco (9,96), e do setor terciário, no caso de Porto Velho (7,80).

Tabela 8

Diferença entre as taxas de variação do PIB setorial dos centros regionais e sub-regionais e do Brasil no período 1975/96 ($r_{ij} - r_i$)

(Em %)

	UF	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
Centros regionais				
Porto Velho	RO	-0,77	0,29	7,80
Rio Branco	AC	-0,08	9,96	5,35
São Luís	MA	0,27	9,77	2,65
Teresina	PI	0,71	5,17	1,94
Natal	RN	-0,19	4,31	1,38
João Pessoa	PB	-0,16	0,04	1,88
Maceió	AL	-0,17	3,80	0,66
Aracaju	SE	1,60	0,55	1,50
Vitória	ES	-0,60	1,44	1,15
São José dos Campos	SP	-0,53	-0,38	0,20
Ribeirão Preto	SP	0,05	1,17	0,70
Santos	SP	-1,05	-0,76	-0,55
Londrina	PR	-0,67	0,21	-0,72
Florianópolis	SC	-0,41	3,73	3,73
Campo Grande	MS	0,18	13,87	4,32
Cuiabá	MT	3,16	1,25	4,13
Centros sub-regionais 1				
Boa Vista	RR	-0,94	21,82	6,19
Macapá	AP	1,59	2,20	3,57
Palmas	TO	0,95	18,28	3,89
Imperatriz	MA	-0,29	1,14	1,18
Juazeiro do Norte/Crato	CE	-0,53	0,14	-0,19

(continua)

(continuação)

	UF	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
Campina Grande	PB	0,15	-0,81	-0,25
Caruaru	PE	0,47	-0,64	-0,47
Petrolina/Juazeiro	PE/BA	5,84	2,51	0,42
Ilhéus/Itabuna	BA	-0,79	1,52	-0,47
Feira de Santana	BA	-0,54	2,23	-0,24
Vitória da Conquista	BA	-0,03	6,17	-0,02
Uberlândia	MG	0,55	2,11	-0,32
Juiz de Fora	MG	-0,23	1,93	0,07
Uberaba	MG	0,47	4,49	-0,15
Volta Redonda/Barra Mansa	RJ	-0,13	-0,84	-0,99
Campos dos Goytacazes	RJ	-0,58	0,31	-0,74
Sorocaba	SP	-0,52	0,57	0,70
São José do Rio Preto	SP	1,03	4,05	0,78
Jundiaí	SP	-0,66	-0,29	-0,11
Limeira	SP	0,33	0,29	-0,05
Araraquara /São Carlos	SP	1,26	0,31	0,09
Bauru	SP	-0,27	2,94	0,49
Presidente Prudente	SP	-0,57	1,64	0,22
Maringá	PR	-0,72	0,62	-0,54
Cascavel	PR	-0,10	2,00	-0,67
Joinville	SC	-0,11	-0,37	0,61
Blumenau	SC	-0,61	-0,16	-0,08
Caxias do Sul	RS	0,39	-0,65	-0,06
Pelotas/Rio Grande	RS	-0,40	-1,02	-0,35
Dourados	MS	0,17	3,27	0,18
Anápolis	GO	-0,34	1,81	-0,02

(continua)

(continuação)

	UF	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
Centros sub-regionais 2				
Ji-Paraná	RO	-	-	-
Santarém	PA	0,81	2,34	-0,03
Marabá	PA	8,17	103,90	4,08
Castanhal	PA	2,40	0,28	1,08
Araguaína	TO	0,77	3,16	-0,85
Caxias	MA	-0,69	-0,28	-0,37
Parnaíba	PI	-0,14	-0,73	-0,24
Sobral	CE	-0,52	0,52	-0,25
Mossoró	RN	0,59	-0,46	-0,26
Garanhuns	PE	-0,26	-0,49	-0,84
Arapiraca	AL	-0,92	0,82	0,05
Jequié	BA	-0,36	1,91	-0,61
Alagoinhas	BA	0,08	1,20	-0,47
Barreiras	BA	48,16	23,30	3,28
Ipatinga	MG	-0,68	0,06	0,24
Itabira	MG	-0,48	-1,14	-0,50
Montes Claros	MG	-0,46	2,43	-0,09
Governador Valadares	MG	-0,89	0,99	-0,42
Divinópolis	MG	1,48	1,18	-0,17
Sete Lagoas	MG	0,69	0,61	-0,15
Teófilo Otoni	MG	-0,70	-0,24	-0,60
Poços de Caldas	MG	-0,34	-0,01	-0,23
Barbacena	MG	0,37	1,76	-0,72
Cachoeiro do Itapemirim	ES	-0,13	0,59	-0,07

(continua)

(continuação)

	UF	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
Linhares	ES	0,38	0,60	-0,55
Cabo Frio	RJ	-0,48	0,89	1,42
Nova Friburgo	RJ	0,08	0,51	-0,30
Araçatuba	SP	-0,29	4,27	0,04
Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	SP	0,02	-0,12	0,28
Guaratinguetá /Aparecida	SP	-0,54	-0,49	-0,28
Piracicaba	SP	0,05	-0,25	0,52
Franca	SP	0,23	3,14	1,11
Marília	SP	-0,67	1,47	0,50
Bragança Paulista	SP	-0,22	4,80	0,80
Jaú	SP	0,17	0,75	-0,13
Catanduva	SP	0,30	0,84	-0,11
Botucatu	SP	1,69	2,18	0,97
Ponta Grossa	PR	-0,40	-0,80	-1,04
Foz do Iguaçu	PR	-0,43	23,88	1,65
Guarapuava	PR	-0,97	-0,43	-1,16
Paranaguá	PR	-0,76	0,82	-1,39
Criciúma	SC	0,19	-0,14	0,73
Itajaí	SC	-0,42	-0,40	0,66
Lajes	SC	-0,13	-0,76	-0,63
Chapecó	SC	0,02	1,83	0,49
Santa Maria	RS	-0,38	0,69	-0,31
Passo Fundo	RS	-0,12	0,32	-0,44
Santa Cruz do Sul	RS	0,10	-0,34	-0,09
Uruguaiana	RS	-0,12	-0,45	-0,55
Rondonópolis	MT	0,54	2,19	1,79
Rio Verde	GO	0,98	10,48	0,85

Quanto aos centros sub-regionais, tanto para os da categoria 1 quanto para os da 2, o que se pode observar é que, de uma forma generalizada, para a imensa maioria deles, o componente estrutural (seja em termos da estrutura de 1975 ou da de 1996, que resultou alterada em relação à inicial) tem uma participação diminuta na variação do PIB no período. É o componente diferencial a parcela preponderante, seja positivamente ou negativamente, na variação do PIB desses centros. Entre os casos de crescimento mais significativo apontados anteriormente neste trabalho, para São José do Rio Preto, Petrolina/Juazeiro, Macapá, Palmas, Franca, Barreiras e Botucatu, esta maior *performance* econômica está associada ao fato de que todos os seus três setores produtivos foram mais dinâmicos que os setores nacionais, evidenciando alguma vantagem competitiva que favoreceu o seu crescimento. Na realidade, praticamente todos os centros sub-regionais com crescimento médio anual acima de 4% revelaram que pelo menos dois dos seus três setores produtivos foram mais dinâmicos, o que comprova que os mesmos também apresentavam vantagem competitiva.

5. Evolução dos PIBs *per capita* dos centros urbanos no período 1975/96

Enquanto as atividades produtivas nos centros da rede urbana estavam sujeitas a um processo de variação do produto gerado na produção de bens e serviços no período 1975/96, com as características já examinadas nas seções anteriores, esses centros estavam também sujeitos a um outro processo que afeta certamente suas condições de vida: o processo de variação das suas respectivas populações. Sabe-se que a população brasileira tem passado por modificações estruturais consideráveis nas últimas décadas, como a redução na taxa de natalidade, mudanças nos padrões migratórios, alterações na pirâmide etária, por exemplo. Tais mudanças, da mesma forma que qualquer outro fenômeno de natureza social, não são homogêneas espacialmente no território brasileiro, o que faz com que a dinâmica populacional nos centros urbanos seja diferenciada. Como reflexo dessa diferenciação, basta recordar o resultado de trabalho anterior, no qual fica evidenciada a forma bem mais intensa de crescimento populacional, como por exemplo dos centros de porte intermediário nas últimas décadas (ver Capítulo 4). Deve-se recordar que a dinâmica populacional também pode ser afetada pela dinâmica produtiva que, quanto mais significativa, maior a indução de fluxos imigratórios atraídos pelas

melhores oportunidades de emprego e de remuneração das áreas economicamente mais dinâmicas.

Esta seção tem por objetivo examinar a evolução do PIB *per capita* desses centros urbanos no período em análise. É claro que não se pretende que este indicador econômico possua a qualidade de representar de forma exclusiva o nível de bem-estar médio da população desses centros, principalmente quando se sabe que a distribuição de renda no Brasil é bastante concentrada. O que se intenciona é apenas fazer uma análise comparativa intercentros destes PIBs *per capita* e de sua evolução no período, no pressuposto (que pode ser discutido) de que diferenças não tão marcantes no grau de concentração na distribuição de renda nesses centros e de que aumentos nos PIBs *per capita* são positivos para uma melhoria das condições de vida de suas populações e vice-versa.

A Tabela 9 mostra os PIBs *per capita* nas metrópoles brasileiras em 1975, 1980, 1985 e 1996 e as respectivas taxas médias anuais de crescimento.

As metrópoles brasileiras tinham em 1996 um PIB *per capita* superior ao PIB *per capita* médio brasileiro (R\$ 4.405), sendo exceções as regiões metropolitanas de Fortaleza (R\$ 2.875) e do Recife (R\$ 3.500). Na realidade, todas as demais metrópoles apresentavam esse indicador em um nível consideravelmente acima daquela média, sendo o PIB *per capita* da região metropolitana de São Paulo o mais alto (R\$ 9.327), 110% superior à média do país. Entre as demais metrópoles, as mais importantes em termos de PIB *per capita*, pela ordem, eram as regiões de Brasília (R\$ 7.572), Campinas (R\$ 7.400), Curitiba (R\$ 7.369), Belo Horizonte (R\$ 6.831), Porto Alegre (R\$ 6.037) e Rio de Janeiro (R\$ 6.022).

Duas das metrópoles apresentaram um significativo crescimento no seu PIB *per capita* no período 1975/96: Belém (3,58%) e Goiânia (3,12%), ambas metrópoles regionais. As demais metrópoles tiveram taxas de crescimento do PIB *per capita* bem inferiores ao dessas, variando entre 0,51% para Recife, passando para 0,72% para Salvador, cinco delas com taxas entre 1% e cerca de 2% (Belo Horizonte, Brasília, Manaus, Fortaleza e Curitiba), quando não apresentando quedas nos seus níveis de desenvolvimento econômico, como as regiões de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Campinas, que exibiram taxas negativas (-0,27; -0,37; -0,26; e -2,69, respectivamente).

Tabela 9

PIB per capita para o Brasil e para as metrópoles brasileiras em 1975, 1980, 1985 e 1996 e suas respectivas taxas médias anuais de crescimento no período 1975/96 e subperíodos

	PIB PER CAPITA				TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA (%)			
	1975	1980	1985	1996	1975/80	1980/85	1985/96	1975/96
Brasil	3.754	4.695	4.550	4.405	4,58	-0,63	-0,29	0,76
Metrópoles globais								
RM do Rio de Janeiro	6.509	7.233	6.049	6.022	2,13	-3,51	-0,04	-0,37
RM de São Paulo	9.875	10.149	8.411	9.327	0,55	-3,69	0,94	-0,27
Metrópoles nacionais								
RM de Fortaleza	3.144	3.908	3.544	3.500	4,45	-1,94	-0,11	0,51
RM do Recife	1.999	3.064	3.264	2.875	8,92	1,27	-1,15	1,75
RM de Salvador	4.850	7.498	8.126	5.645	9,10	1,62	-3,26	0,72
RM de Belo Horizonte	5.553	6.585	5.762	6.831	3,47	-2,63	1,56	0,99
RM de Curitiba	4.981	6.779	7.084	7.369	6,36	0,88	0,36	1,88
RM de Porto Alegre	6.371	7.494	7.447	6.037	3,30	-0,13	-1,89	-0,26
Brasília	5.684	8.098	8.570	7.572	7,33	1,14	-1,12	1,37
Metrópoles regionais								
Manaus	3.569	6.339	6.667	4.933	12,17	1,01	-2,70	1,55
RM de Belém	2.546	3.655	3.328	5.329	7,50	-1,86	4,37	3,58
Campinas	13.110	12.279	11.417	7.400	-1,30	-1,44	-3,87	-2,69
Goiânia	2.761	3.734	3.905	5.260	6,22	0,90	2,74	3,12

O elevado crescimento econômico das metrópoles na segunda metade dos anos 70, analisado anteriormente, permitiu que essas aglomerações usufríssem de grande elevação dos seus PIBs *per capita* nesse subperíodo inicial. Houve exceções nesse elevado dinamismo: São Paulo e Campinas. Para a metrópole paulista, a expansão do seu indicador de desenvolvimento econômico foi de apenas 0,55%, embora seu PIB tenha crescido mais de 5%. Isso significa que sua população cresceu bastante, principalmente em razão da atração de imigrantes. O mesmo fenômeno certamente ocorreu com Campinas, região que cresceu bastante (5,35%) no subperíodo, mas cujo PIB *per capita* diminuiu a uma taxa média anual de 1,30%.

Os subperíodos 1980/85 e 1985/96 foram bem generosos em termos de desenvolvimento econômico, como mostra a Tabela 9. Na realidade, além das taxas de crescimento, quando positivas, terem sido bem mais baixas, há a ocorrência de muitos casos de taxas negativas, refletindo o fato de a dinâmica econômica não ter sido capaz nem mesmo de acompanhar a dinâmica populacional. As metrópoles que tiveram os piores desempenhos nesses dois subperíodos, no sentido de que suas taxas de crescimento do PIB *per capita* foram negativas em ambos, foram as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, do Recife, de Porto Alegre e de Campinas.

Sintetizando a análise do desenvolvimento nas metrópoles brasileiras no período 1975/96:

- As metrópoles globais São Paulo e Rio de Janeiro e mais as regiões de Porto Alegre e Campinas mostraram um desempenho bastante ruim nesses 21 anos. Os PIBs *per capita* das três primeiras regiões praticamente ficaram, no período, estacionários no nível de 1975 (na realidade, houve pequenas quedas, insignificantes), sem avanço, portanto, em termos de desenvolvimento econômico. O caso de Campinas foi mais sério, tendo seu PIB *per capita* diminuído em quase 45%, reduzindo de R\$ 13.110 (o mais alto entre as metrópoles em 1975) para R\$ 7.400. Apesar disso, deve-se notar que o PIB *per capita* de Campinas em 1996 está entre os mais elevados entre as metrópoles, excetuado o mais alto, que é o da região de São Paulo (R\$ 9.327).
- As metrópoles nacionais (à exceção de Porto Alegre, já citada) tiveram um desempenho bastante homogêneo, todas elas apresentando um aumento bastante significativo no seu nível de desenvolvimento. Destacaram-se os casos de Curitiba, Brasília e Fortaleza, que conse-

guiram aumentar o seu PIB *per capita* entre 30% e 45% no período. Salvador, Belo Horizonte e Recife cresceram este indicador entre 10% e 20%.

- Entre as metrópoles regionais, destacam-se Belém e Goiânia, que conseguiram praticamente dobrar o seu nível de desenvolvimento econômico. O caso de Manaus foi menos espetacular, mas ainda assim bastante expressivo: um aumento de quase 40%.

A *performance* da maioria dos centros regionais em termos de desenvolvimento econômico foi razoavelmente melhor que a mostrada pelas metrópoles. Isto se evidencia nos resultados mostrados pela Tabela 10.

Tabela 10

PIB *per capita* em 1975, 1980, 1985 e 1996 nos centros regionais e sub-regionais da rede urbana brasileira e suas taxas médias anuais de crescimento no período 1975/96 e subperíodos

	UF	PIB PER CAPITA				TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA (%)			
		1975	1980	1985	1996	1975/80	1980/85	1985/96	1975/96
Centros regionais									
Porto Velho	RO	3.732	6.110	5.779	8.400	10,36	-1,11	3,46	3,94
Rio Branco	AC	1.532	2.763	2.735	3.779	12,52	-0,20	2,98	4,39
São Luís	MA	1.801	2.551	3.817	4.020	7,21	8,39	0,47	3,90
Teresina	PI	1.532	2.017	1.970	2.791	5,66	-0,47	3,22	2,90
Natal	RN	2.128	3.370	3.604	4.037	9,63	1,35	1,04	3,10
João Pessoa	PB	2.179	2.862	2.581	3.353	5,61	-2,04	2,41	2,07
Maceió	AL	2.641	3.722	3.179	3.959	7,11	-3,11	2,02	1,95
Aracaju	SE	2.937	3.298	5.308	3.950	2,35	9,99	-2,65	1,42
Vitória	ES	3.612	5.845	5.822	4.846	10,11	-0,08	-1,66	1,41
São José dos Campos	SP	8.212	10.907	13.393	6.244	5,84	4,19	-6,70	-1,30
Ribeirão Preto	SP	5.151	6.471	6.553	7.241	4,67	0,25	0,91	1,64
Santos	SP	8.120	9.288	9.011	6.120	2,72	-0,60	-3,46	-1,34

(continua)

(continuação)

	UF	PIB PER CAPITA				TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA (%)			
		1975	1980	1985	1996	1975/80	1980/85	1985/96	1975/96
Londrina	PR	5.042	4.935	5.041	4.393	-0,43	0,43	-1,24	-0,65
Florianópolis	SC	2.301	3.353	3.122	6.697	7,82	-1,42	7,19	5,22
Campo Grande	MS	3.231	4.092	3.788	7.869	4,84	-1,54	6,87	4,33
Cuiabá	MT	3.034	3.370	4.551	4.853	2,12	6,19	0,59	2,26
Centros sub-regionais 1									
Boa Vista	RR	2.237	2.921	3.536	3.345	5,48	3,89	-0,50	1,93
Macapá	AP	1.827	2.862	2.995	3.188	9,40	0,92	0,57	2,69
Palmas	TO	988	1.491	1.553	1.747	8,57	0,82	1,08	2,75
Imperatriz	MA	1.466	2.383	2.303	1.235	10,20	-0,68	-5,51	-0,81
Juazeiro do Norte/Crato	CE	1.725	2.532	2.143	1.744	7,98	-3,29	-1,86	0,05
Campina Grande	PB	1.954	2.614	2.274	1.717	5,99	-2,75	-2,52	-0,61
Caruaru	PE	1.706	1.818	1.983	1.560	1,28	1,75	-2,15	-0,42
Petrolina/Juazeiro	PE/BA	3.829	4.187	5.000	4.303	1,80	3,61	-1,35	0,56
Ilhéus/Itabuna	BA	5.262	8.238	11.698	3.608	9,38	7,26	-10,14	-1,78
Feira de Santana	BA	2.106	2.759	2.560	2.322	5,55	-1,49	-0,88	0,47
Vitória da Conquista	BA	1.569	1.948	1.773	2.278	4,42	-1,87	2,31	1,79
Uberlândia	MG	5.519	6.501	5.748	4.516	3,33	-2,43	-2,17	-0,95
Juiz de Fora	MG	3.442	4.514	4.480	5.409	5,57	-0,15	1,73	2,18
Uberaba	MG	2.873	6.131	5.534	4.995	16,37	-2,03	-0,93	2,67
Volta Redonda/Barra Mansa	RJ	11.876	12.842	13.332	6.634	1,58	0,75	-6,15	-2,73
Campos dos Goytacazes	RJ	2.995	3.140	2.620	3.075	0,95	-3,56	1,47	0,13

(continua)

(continuação)

	UF	PIB PER CAPITA				TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA (%)			
		1975	1980	1985	1996	1975/80	1980/85	1985/96	1975/96
Sorocaba	SP	5.777	8.880	8.392	6.482	8,98	-1,12	-2,32	0,55
São José do Rio Preto	SP	4.102	5.178	4.618	6.446	4,77	-2,26	3,08	2,18
Jundiaí	SP	9.940	10.516	8.836	8.140	1,13	-3,42	-0,74	-0,95
Limeira	SP	6.608	7.534	7.935	6.798	2,66	1,04	-1,40	0,13
Araraquara/São Carlos	SP	11.931	16.904	14.938	15.388	7,22	-2,44	0,27	1,22
Bauru	SP	4.769	5.680	5.264	7.321	3,56	-1,51	3,04	2,06
Presidente Prudente	SP	4.141	4.713	3.752	6.702	2,62	-4,46	5,42	2,32
Maringá	PR	5.241	5.035	5.284	4.372	-0,80	0,97	-1,71	-0,86
Cascavel	PR	4.148	4.762	6.373	4.514	2,80	6,00	-3,09	0,40
Joinville	SC	5.412	8.131	6.965	4.421	8,48	-3,05	-4,05	-0,96
Blumenau	SC	5.754	10.147	9.577	5.300	12,01	-1,15	-5,24	-0,39
Caxias do Sul	RS	7.072	9.456	9.797	5.750	5,98	0,71	-4,73	-0,98
Pelotas/Rio Grande	RS	7.380	10.048	7.966	5.892	6,37	-4,54	-2,70	-1,07
Dourados	MS	2.348	3.930	4.061	3.691	10,85	0,66	-0,86	2,18
Anápolis	GO	2.186	4.854	4.104	2.288	17,30	-3,30	-5,17	0,22
Centros sub-regionais 2									
Ji-Paraná	RO	-	1.795	1.793	3.759	-	-0,02	6,96	-
Santarém	PA	1.002	1.519	1.516	1.344	8,68	-0,05	-1,09	1,41
Marabá	PA	1.460	1.760	4.144	2.299	3,80	18,68	-5,21	2,18
Castanhal	PA	1.853	2.693	3.283	2.114	7,76	4,04	-3,92	0,63
Araguaína	TO	1.266	2.525	1.645	939	14,80	-8,21	-4,97	-1,41
Caxias	MA	826	991	895	717	3,71	-2,01	-2,00	-0,67

(continua)

(continuação)

	UF	PIB PER CAPITA				TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA (%)			
		1975	1980	1985	1996	1975/80	1980/85	1985/96	1975/96
Parnaíba	PI	680	913	958	727	6,07	0,97	-2,48	0,32
Sobral	CE	1.203	2.014	1.938	1.457	10,86	-0,78	-2,56	0,92
Mossoró	RN	1.991	2.245	3.473	1.708	2,43	9,12	-6,25	-0,73
Garanhuns	PE	1.599	1.549	1.500	1.284	-0,63	-0,64	-1,41	-1,04
Arapiraca	AL	1.035	1.289	1.391	987	4,50	1,53	-3,07	-0,22
Jequié	BA	1.300	1.573	1.651	1.370	3,88	0,98	-1,68	0,25
Alagoinhas	BA	1.361	1.582	1.221	1.534	3,05	-5,04	2,09	0,57
Barreiras	BA	1.111	1.681	1.825	3.314	8,64	1,66	5,57	5,34
Ipatinga	MG	4.651	12.442	13.412	4.426	21,75	1,51	-9,59	-0,24
Itabira	MG	8.978	5.527	5.394	4.180	-9,25	-0,48	-2,29	-3,57
Montes Claros	MG	2.915	3.684	3.576	3.651	4,80	-0,60	0,19	1,08
Governador Valadares	MG	2.633	2.899	2.520	3.410	1,94	-2,76	2,79	1,24
Divinópolis	MG	3.771	3.795	4.119	4.750	0,12	1,65	1,30	1,10
Sete Lagoas	MG	4.354	5.528	5.253	4.284	4,89	-1,02	-1,84	-0,08
Teófilo Otoni	MG	1.782	1.815	1.379	2.140	0,37	-5,35	4,08	0,88
Poços de Caldas	MG	6.372	9.501	9.556	6.001	8,32	0,12	-4,14	-0,29
Barbacena	MG	2.847	3.656	3.322	3.745	5,13	-1,90	1,10	1,31
Cachoeiro do Itapemirim	ES	3.184	4.431	3.561	4.199	6,83	-4,27	1,51	1,33
Linhares	ES	2.256	2.507	3.565	2.810	2,14	7,30	-2,14	1,05
Cabo Frio	RJ	2.355	3.028	3.027	3.435	5,16	-0,01	1,15	1,81
Nova Friburgo	RJ	4.096	6.364	4.511	4.698	9,21	-6,65	0,37	0,66
Araçatuba	SP	3.873	4.130	4.901	6.779	1,30	3,48	2,99	2,70
Mogi-Guaçu/ Mogi-Mirim	SP	9.619	11.143	12.554	8.815	2,99	2,41	-3,16	-0,41

(continua)

(continuação)

	UF	PIB PER CAPITA				TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA (%)			
		1975	1980	1985	1996	1975/80	1980/85	1985/96	1975/96
Guaratinguetá/ Aparecida	SP	4.857	5.261	5.262	4.880	1,61	0,01	-0,68	0,02
Piracicaba	SP	7.556	9.846	7.454	7.837	5,44	-5,42	0,46	0,17
Franca	SP	3.839	5.672	5.909	6.464	8,12	0,82	0,82	2,51
Marília	SP	4.170	4.520	4.277	6.412	1,63	-1,10	3,75	2,07
Bragança Paulista	SP	2.882	4.243	4.923	6.011	8,05	3,02	1,83	3,56
Jaú	SP	5.731	7.442	6.859	7.243	5,36	-1,62	0,50	1,12
Catanduva	SP	4.566	4.815	5.047	5.816	1,07	0,95	1,30	1,16
Botucatu	SP	3.539	5.536	5.953	6.504	9,36	1,47	0,81	2,94
Ponta Grossa	PR	7.258	7.032	6.607	3.802	-0,63	-1,24	-4,90	-3,03
Foz do Iguaçu	PR	2.835	3.851	2.421	3.895	6,32	-8,86	4,42	1,52
Guarapuava	PR	7.991	4.400	4.184	2.932	-11,25	-1,00	-3,18	-4,66
Paranaguá	PR	8.576	10.494	9.113	3.328	4,12	-2,78	-8,75	-4,41
Criciúma	SC	3.251	5.486	5.125	3.276	11,03	-1,35	-3,99	0,04
Itajaí	SC	4.200	4.138	4.279	3.551	-0,30	0,67	-1,68	-0,80
Lajes	SC	3.746	4.314	4.326	3.267	2,86	0,05	-2,52	-0,65
Chapecó	SC	4.191	5.870	5.864	4.406	6,97	-0,02	-2,56	0,24
Santa Maria	RS	3.026	3.611	2.444	3.514	3,60	-7,51	3,36	0,71
Passo Fundo	RS	4.066	4.914	5.059	4.599	3,86	0,58	-0,86	0,59
Santa Cruz do Sul	RS	4.226	5.387	6.502	4.968	4,97	3,84	-2,42	0,77
Uruguaiana	RS	4.153	5.751	6.093	3.578	6,72	1,16	-4,73	-0,71
Rondonópolis	MT	2.123	2.886	3.076	3.218	6,34	1,28	0,41	2,00
Rio Verde	GO	2.358	3.220	4.819	3.519	6,43	8,40	-2,82	1,92

O melhor desempenho relativo dos 16 centros regionais fica evidenciado pelo fato de que a taxa de crescimento do PIB *per capita* no período foi superior a 3,36% (taxa média anual pela qual o PIB *per capita* dobra em 21 anos) para alguns deles (São Luís, Florianópolis, Campo Grande, Porto Velho e Rio Branco), entre 2% e aproximadamente 3% para outros (Natal, Teresina, João Pessoa, Cuiabá e Maceió). Assim, para mais da metade deles o dinamismo do desenvolvimento econômico foi bastante superior ao registrado para as metrópoles. Não se deve deixar de perceber, entretanto, que para três dos demais centros — São José dos Campos, Santos e Londrina — houve uma queda real no seu PIB *per capita* entre 1975 e 1996.

Outro ponto a assinalar, certamente já esperado em vista do que foi observado para o crescimento do produto dos centros regionais nos subperíodos 1980/85 e 1985/96, é que muitos deles conseguiram se desenvolver razoavelmente, a despeito das crises que a economia brasileira apresentou em alguns anos, particularmente no início da década de 80.

Finalmente, não deve passar despercebido que alguns centros regionais apresentavam em 1996 um nível de PIB *per capita* bastante elevado, sendo mesmo superior ao registrado para a região metropolitana do Rio de Janeiro (R\$ 6.022) e aproximadamente no mesmo nível dos observados em diversas metrópoles nacionais, como os dos centros regionais de São José dos Campos (R\$ 6.244), Ribeirão Preto (R\$ 7.241), Santos (R\$ 6.120), Florianópolis (R\$ 6.697), Campo Grande (R\$ 7.860) e Porto Velho (R\$ 8.400).

Já se mostrou que o desempenho econômico dos centros sub-regionais de níveis 1 e 2 foi muito menor no período inteiro em análise, a despeito do crescimento generalizado observado nos anos 70. Logo, isto vai se refletir no seu processo de desenvolvimento econômico, aqui representado pela dinâmica do crescimento do PIB *per capita* das aglomerações analisadas, podendo-se verificar que as suas taxas de crescimento foram bem menores mesmo quando positivas, já que existem muitos casos de taxas negativas, ou seja, de diminuição do nível de desenvolvimento econômico. Essa involução ocorreu em 27 dos 82 centros sub-regionais, praticamente 1/3 deles.¹⁰ É claro que existem várias exceções, com variação positiva marcante para os seguintes casos:

Entre os centros sub-regionais 1: São José do Rio Preto (2,18%), Juiz de Fora (2,18%), Bauru (2,06%), Macapá (2,69%), Uberaba (2,67%), Presidente

¹⁰ Diminuição de PIB *per capita* em 11 dos 31 centros sub-regionais de nível 1, e de 16 em 51 dos de nível 2.

Prudente (2,32%), Boa Vista (1,93%), Dourados (2,18%) e Palmas (2,75%).

Entre os centros sub-regionais 2: Araçatuba (2,70%), Franca (2,51%), Marília (2,07%), Marabá (2,18%), Rondonópolis (2%), Bragança Paulista (3,56%), Barreiras (5,34%), Rio Verde (1,92%) e Botucatu (2,94%).

Constata-se, portanto, que é possível caracterizar a *performance* dos centros sub-regionais da rede urbana brasileira no período 1975/96 da seguinte forma:

- apenas cerca de 22% dos centros sub-regionais tiveram condições de apresentar um avanço econômico mais significativo no período 1975/96 para a sua população;
- cerca de 45% desses centros tiveram uma pequena melhoria no seu nível de desenvolvimento econômico; e
- aproximadamente 1/3 desses centros desceu de nível, diminuindo as condições médias de acesso da sua população aos bens e serviços, ou seja, uma queda real no seu produto por habitante.

6. Síntese das conclusões das análises efetuadas

Este trabalho, ao utilizar as estimativas de PIBs municipais para 1975, 1980, 1985 e 1996, examinou: *a*) a contribuição feita pelas 111 metrópoles e centros regionais e sub-regionais no processo de geração do PIB nacional desses anos; *b*) as *performances* econômicas agregadas desses componentes da hierarquia da rede urbana brasileira e os desempenhos individuais das metrópoles e centros no período 1975/96; *c*) a forma como a composição da estrutura produtiva e as vantagens competitivas dessas aglomerações urbanas afetaram o seu desempenho; e *d*) o processo de desenvolvimento econômico nessas aglomerações, medido pela evolução do PIB *per capita* das mesmas no período considerado.

No que tange à importância das 111 aglomerações, ficou evidenciado que elas geram aproximadamente 80% do PIB nacional, isto é, R\$ 545 bilhões dos R\$ 692 bilhões. Esse nível de importância não é recente, já que ficou claro que, a despeito das mudanças estruturais que têm ocorrido no país, o conjunto dessas aglomerações já apresentava na década de 70 esta elevada primazia produtiva. Entre essas aglomerações, certamente as metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro se sobressaem, responsáveis por quase 1/3 do PIB nacional (R\$ 220 bilhões), sendo que só a aglomeração

Paulista gera cerca de 23% (R\$ 156 bilhões). Essas duas metrópoles já tiveram uma predominância um pouco maior na década de 70, o que se pode concluir por uma pequena desconcentração espacial da atividade produtiva nacional em favor das demais aglomerações do conjunto, especialmente para: *a*) cinco das sete metrópoles nacionais (Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília e Curitiba), que aumentaram a sua participação de 14% para 18%; e *b*) algumas metrópoles regionais (como Belém, Goiânia e Manaus) e muitos dos centros regionais, sendo que esses aumentaram a sua participação em cerca de 50%, passando de aproximadamente 6% para pouco mais de 9% nesses 20 anos. Estes resultados derivam de taxas médias anuais de crescimento do PIB espacialmente diferenciadas: enquanto a economia brasileira crescia a uma taxa média de 2,71% no período, São Paulo e Rio cresciam respectivamente às taxas de 2,14% e 0,93%, as metrópoles nacionais expandiam o seu produto à taxa média de 3,82%, as metrópoles regionais, em 3,77%, e os centros regionais, em 4,59%. Quanto às demais aglomerações (os 82 centros sub-regionais), acompanharam em média o mesmo nível do crescimento nacional, preservando a sua posição, o que significa que continuaram a gerar cerca de 14% do PIB nacional. Obviamente, os desempenhos individuais das aglomerações componentes dos vários níveis da hierarquia da rede urbana variaram bastante, o que foi examinado nas seções deste trabalho.

Ficou claro que para o subperíodo 1975/80, no qual o PIB nacional expandiu-se à taxa média anual de cerca de 7%, este acentuado desempenho nacional resultou, em grande parte, do elevado dinamismo apresentado por esse conjunto de 111 aglomerações, principalmente as metrópoles nacionais e regionais e os centros regionais. Também muitos centros sub-regionais mostraram-se extremamente dinâmicos. Algumas das metrópoles e centros exibiram nesse subperíodo taxas de crescimento maiores do que o dobro da nacional. As metrópoles globais São Paulo e Rio de Janeiro, embora tenham sido relativamente também bastante dinâmicas nesse subperíodo, cresceram a uma taxa bem mais baixa, de cerca de 5%, inferior, portanto, à nacional. Esse menor resultado, provavelmente, pode ter sido causado pela própria dimensão econômica dessas aglomerações.

O subperíodo 1980/85 foi marcado por uma grande desaceleração no processo de crescimento econômico nacional, fruto da crise da economia brasileira de alguns anos, conforme claramente registrado pelas taxas negativas de crescimento apresentadas pelas metrópoles globais São Paulo (-2%) e Rio de Janeiro (-2,5%), metrópoles nacionais como Belo Horizonte

(-0,31%) e Recife (-0,82%) e um grande número de centros sub-regionais. Notou-se, entretanto, que a grande maioria das metrópoles nacionais e regionais e os centros regionais, a despeito de uma acentuada queda nas suas taxas de crescimento econômico comparativamente ao que ocorria no subperíodo anterior, continuaram a contribuir positivamente para o crescimento nacional. Foi particularmente notável a *performance* dos centros regionais, que agregadamente cresceram à média de cerca de 5% a.a., enquanto a economia do país crescia apenas a pouco mais de 1%; centros regionais, como São Luís, Cuiabá e Aracaju, respectivamente, crescendo a mais de 13%, 10% e 14%, certamente puxaram a taxa média do grupo para o nível já mencionado.

O subperíodo 1985/96 é um misto de anos para os quais a crise econômica persiste, dá sinais de arrefecimento, advêm choques e exibem-se resultados positivos para a economia após a implantação do Plano Real e da sua administração. O resultado líquido de efeitos positivos e negativos manifesta-se em taxas agora positivas para o crescimento de São Paulo e do Rio de Janeiro, maior para a metrópole paulista (cerca de 2,7%) e inferior (0,9%) para a fluminense. Algumas metrópoles nacionais (como Belo Horizonte e Curitiba) e regionais (como Belém e Goiânia) apresentaram taxas de crescimento bem substanciais, da ordem de 4% para as duas primeiras e de 7% para as duas últimas. Já os centros regionais continuaram a ter um papel extremamente positivo para o crescimento nacional, com vários deles exibindo taxas menores do que as que tinham tido no subperíodo anterior, mas ainda assim razoavelmente elevadas. Esse desempenho dos centros regionais foi efetivamente marcante nos três subperíodos, mostrando a sua grande importância para o crescimento econômico brasileiro em todo o período em análise. Por outro lado, os centros sub-regionais tiveram agregadamente neste subperíodo uma *performance* pouco significativa, tendo crescido apenas 0,37% a.a., como resultado de crescimentos positivos de alguns desses centros, mas também negativos de muitos outros. Individualmente, porém, alguns tiveram desempenhos bastante altos, conforme foi acentuado neste trabalho.

A Seção 4 decompõe a variação do PIB dessas aglomerações no subperíodo 1975/80 com a finalidade de verificar: *a*) qual teria a participação do crescimento nacional se essas economias tivessem acompanhado o desempenho econômico nacional; *b*) se a composição da estrutura produtiva dessas aglomerações teria sido favorável ao maior crescimento do seu PIB; e *c*) se essas economias apresentaram vantagens comparativas em relação aos desempenhos setoriais da economia nacional. Tendo sido feita

essa decomposição, verificou-se que em geral a contribuição das vantagens ou das desvantagens comparativas foi decisiva para as *performances* exibidas por essas aglomerações. Verificou-se também que, em geral, a composição da estrutura produtiva era favorável ao crescimento do PIB da aglomeração para os casos das metrópoles e dos centros regionais, o que infelizmente não pode ser generalizado para os centros sub-regionais. Ter uma estrutura produtiva favorável significa que essas economias eram especializadas predominantemente em setores econômicos com maior dinamismo produtivo. Essa conclusão ainda persiste mesmo quando se observa que houve alteração na estrutura produtiva nesses 21 anos do período. Em muitas das metrópoles e dos centros regionais, embora tenha havido alguma mudança estrutural e elas tenham sido na direção errada (rumo a uma especialização maior em setores pouco dinâmicos), ainda assim o efeito da composição da estrutura produtiva foi favorável ao crescimento. Tudo isso não é verdade para os centros sub-regionais, que exibiram estruturas produtivas em geral pouco adequadas para a expansão do seu produto. Finalmente, ficou claro que a competitividade agregada dos setores produtivos das metrópoles nacionais e dos centros regionais deu uma grande contribuição para o desempenho mostrado por essas aglomerações. Isto significa que, em geral, os setores econômicos dessas aglomerações foram produtivamente mais eficientes quando comparados com as *performances* setoriais nacionais.

A seção final do trabalho examinou o processo de desenvolvimento econômico dessas 111 aglomerações, ou seja, a evolução do PIB *per capita* no período 1975/96.

Verificou-se inicialmente que as metrópoles brasileiras em geral tinham, em 1996, um PIB *per capita* superior ao nacional, que era de R\$ 4.405. As exceções eram as regiões de Fortaleza (R\$ 2.875) e do Recife (R\$ 3.500). As mais importantes, segundo esse indicador, eram São Paulo (R\$ 9.327), Brasília (R\$ 7.572), Campinas (R\$ 7.369), Curitiba (R\$ 6.831), Belo Horizonte (R\$ 6.831), Porto Alegre (R\$ 6.037) e Rio de Janeiro (R\$ 6.022). Verificou-se ainda que alguns centros regionais apresentavam nesse mesmo ano níveis de desenvolvimento razoavelmente elevados, superiores mesmo ao da região do Rio de Janeiro e semelhantes aos observados nas metrópoles nacionais, como São José dos Campos (R\$ 6.244), Ribeirão Preto (R\$ 7.241), Santos (R\$ 6.120), Florianópolis (R\$ 6.697), Campo Grande (R\$ 7.860) e Porto Velho (R\$ 8.400). Finalmente, os centros sub-regionais, sejam os da categoria 1 ou da 2, são constituídos de aglome-

rações que apresentavam em muitos casos elevados níveis de PIB *per capita*, da ordem de mais de R\$ 6.000, como os centros de Sorocaba, São José do Rio Preto, Jundiaí, Limeira, Volta Redonda/Barra Mansa, Araraquara/São Carlos, Presidente Prudente, Araçatuba, Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim, Piracicaba, Franca, Mossoró, Marília, Poços de Caldas, Bragança Paulista, Jaú e Botucatu.

Quanto à dinâmica do desenvolvimento, no que se refere às metrópoles globais constatou-se que São Paulo e Rio de Janeiro ficaram praticamente estacionários em termos da variação do seu PIB *per capita* passados 21 anos, isto é, esse indicador estava em 1996 aproximadamente no mesmo nível observado em 1975 para essas aglomerações.

As metrópoles nacionais tiveram um desempenho bastante homogêneo, apresentando um significativo avanço no seu nível de desenvolvimento, à exceção de Porto Alegre, cujo PIB *per capita* decresceu. Entre as metrópoles nacionais, destacaram-se as aglomerações de Curitiba, Brasília e Fortaleza (que aumentaram seu nível de desenvolvimento entre 30% e 45% no período) e ainda Salvador, Belo Horizonte e Recife, que expandiram esse indicador entre 10% e 20%.

As metrópoles regionais apresentaram uma variação elevada no seu PIB *per capita*. Basta verificar que Belém e Goiânia praticamente dobraram o seu nível, e Manaus, apesar da queda de ritmo no seu crescimento econômico, ainda assim aumentou seu nível de desenvolvimento em cerca de 40%.

Pelo fato de os centros sub-regionais de níveis 1 e 2 terem apresentado um crescimento econômico relativamente menor do que as demais aglomerações no período 1975/96, não se poderia esperar que o seu desenvolvimento fosse em geral muito expressivo. Constatou-se, na realidade, que em 27 dos 82 centros sub-regionais houve decréscimo no PIB *per capita* e que em 45% do total deles o desenvolvimento ocorreu na forma de uma relativamente pequena melhoria. Os desenvolvimentos mais marcantes ocorreram em 18 deles: São José do Rio Preto, Juiz de Fora, Bauru, Macapá, Presidente Prudente, Boa Vista, Dourados, Palmas, Araçatuba, Franca, Marília, Marabá, Rondonópolis, Bragança Paulista, Barreiras, Rio Verde e Botucatu.

Deve-se registrar que este trabalho se caracterizou por procurar dimensionar comparativamente a atividade produtiva que ocorreu nos 111 centros urbanos principais da rede urbana brasileira no período 1975/96 e

verificar qual foi a dinâmica observada para o crescimento e o desenvolvimento econômico desses centros. Trata-se, portanto, de uma análise que não penetrou nas razões que afetaram o maior ou menor desempenho apresentado individualmente por essas aglomerações. Espera-se que em um próximo estudo venham a ser investigadas as características econômicas que permitiram ou tornaram-se obstáculos para uma melhor *performance* delas.

Apêndice

PIB para os municípios das classes regional e sub-regional 1 e 2 da rede de municípios brasileiros e sua participação no PIB nacional em 1996 (EM R\$ MILHÕES DE 1996)

BRASIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS	UF	PIB DE 1996	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB NACIONAL ^a			
			1975	1980	1985	1996
Brasil		691.908	100,00	100,00	100,00	100,00
Centros regionais						
Porto Velho	RO	2.473	0,10	0,15	0,18	0,36
Rio Branco	AC	1.309	0,06	0,10	0,11	0,19
São Luís	MA	3.785	0,18	0,23	0,40	0,55
Teresina	PI	2.160	0,13	0,16	0,18	0,31
Natal	RN	3.720	0,24	0,33	0,40	0,54
João Pessoa	PB	2.595	0,22	0,24	0,25	0,38
Maceió	AL	3.247	0,26	0,31	0,30	0,47
Aracaju	SE	2.484	0,21	0,21	0,38	0,36
Vitória	ES	5.729	0,47	0,74	0,83	0,83
São José dos Campos	SP	6.798	1,12	1,39	1,87	0,98
Ribeirão Preto	SP	4.639	0,45	0,49	0,55	0,67
Santos	SP	8.013	1,62	1,60	1,61	1,16

(continua)

(continuação)

BRASIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS	UF	PIB DE 1996	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB NACIONAL ^a			
			1975	1980	1985	1996
Londrina	PR	3.408	0,66	0,50	0,53	0,49
Florianópolis	SC	4.556	0,23	0,27	0,28	0,66
Campo Grande	MS	4.722	0,17	0,21	0,24	0,68
Cuiabá	MT	4.550	0,22	0,28	0,43	0,66
Centros sub-regionais 1						
Boa Vista	RR	827	0,03	0,04	0,06	0,12
Macapá	AP	1.029	0,05	0,08	0,08	0,15
Palmas	TO	470	0,03	0,03	0,03	0,07
Imperatriz	MA	465	0,05	0,09	0,09	0,07
Juazeiro do Norte/Crato	CE	406	0,06	0,08	0,07	0,06
Campina Grande	PB	592	0,11	0,12	0,11	0,09
Caruaru	PE	391	0,07	0,06	0,07	0,06
Petrolina/Juazeiro	PE/BA	970	0,08	0,08	0,11	0,14
Ilhéus/Itabuna	BA	906	0,16	0,19	0,33	0,13
Feira de Santana	BA	1.046	0,12	0,14	0,15	0,15
Vitória da Conquista	BA	552	0,06	0,06	0,06	0,08
Uberlândia	MG	1.982	0,24	0,28	0,28	0,29
Juiz de Fora	MG	2.296	0,24	0,25	0,26	0,33
Uberaba	MG	1.186	0,11	0,22	0,19	0,17
Volta Redonda/Barra Mansa	RJ	3.261	0,96	0,85	0,88	0,47
Campos dos Goytacazes	RJ	1.275	0,25	0,20	0,16	0,18
Sorocaba	SP	5.766	0,63	0,86	0,90	0,83
São José do Rio Preto	SP	2.439	0,19	0,20	0,20	0,35
Jundiaí	SP	3.765	0,65	0,63	0,56	0,54

(continua)

(continuação)

BRASIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS	UF	PIB DE 1996	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB NACIONAL ^a			
			1975	1980	1985	1996
Limeira	SP	3.990	0,54	0,53	0,60	0,58
Araraquara/São Carlos	SP	2.717	0,34	0,39	0,36	0,39
Bauru	SP	2.142	0,19	0,19	0,19	0,31
Presidente Prudente	SP	1.189	0,13	0,12	0,09	0,17
Maringá	PR	1.886	0,33	0,24	0,26	0,27
Cascavel	PR	2.031	0,34	0,31	0,40	0,29
Joinville	SC	3.651	0,58	0,76	0,71	0,53
Blumenau	SC	2.649	0,43	0,62	0,62	0,38
Caxias do Sul	RS	6.569	1,23	1,34	1,42	0,95
Pelotas/Rio Grande	RS	1.972	0,43	0,47	0,37	0,28
Dourados	MS	795	0,09	0,13	0,13	0,11
Anápolis	GO	606	0,08	0,16	0,14	0,09
Centros sub-regionais 2						
Ji-Paraná	RO	358	0,00	0,04	0,03	0,05
Santarém	PA	354	0,04	0,05	0,06	0,05
Marabá	PA	580	0,13	0,12	0,11	0,08
Castanhal	PA	248	0,02	0,03	0,04	0,04
Araguaína	TO	143	0,02	0,05	0,03	0,02
Caxias	MA	553	0,05	0,06	0,06	0,08
Parnaíba	PI	1.608	0,27	0,25	0,30	0,23
Sobral	CE	291	0,06	0,04	0,03	0,04
Mossoró	RN	1.139	0,12	0,10	0,10	0,16
Garanhuns	PE	141	0,03	0,02	0,02	0,02
Arapiraca	AL	815	0,09	0,08	0,09	0,12
Jequié	BA	2.275	0,40	0,37	0,36	0,33

(continua)

(continuação)

BRASIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS	UF	PIB DE 1996	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB NACIONAL ^a			
			1975	1980	1985	1996
Alagoinhas	BA	206	0,03	0,03	0,02	0,03
Barreiras	BA	377	0,01	0,01	0,02	0,05
Ipatinga	MG	1.648	0,23	0,64	0,70	0,24
Itabira	MG	698	0,26	0,13	0,13	0,10
Montes Claros	MG	992	0,11	0,12	0,12	0,14
Governador Valadares	MG	525	0,09	0,08	0,14	0,08
Divinópolis	MG	795	0,11	0,14	0,11	0,11
Sete Lagoas	MG	227	0,04	0,03	0,04	0,03
Teófilo Otoni	MG	232	0,04	0,04	0,04	0,03
Poços de Caldas	MG	731	0,11	0,15	0,16	0,11
Barbacena	MG	404	0,06	0,06	0,05	0,06
Cachoeiro do Itapemirim	ES	662	0,01	0,02	0,06	0,10
Linhares	ES	416	0,16	0,15	0,14	0,06
Cabo Frio	RJ	923	0,08	0,09	0,09	0,13
Nova Friburgo	RJ	717	0,09	0,10	0,10	0,10
Araçatuba	SP	1.727	0,16	0,13	0,17	0,25
Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	SP	1.617	0,24	0,24	0,29	0,23
Guaratinguetá/Aparecida	SP	1.111	0,20	0,17	0,17	0,16
Piracicaba	SP	2.415	0,35	0,38	0,31	0,35
Franca	SP	1.727	0,11	0,15	0,18	0,25
Marília	SP	628	0,27	0,12	0,11	0,09
Bragança Paulista	SP	726	0,05	0,06	0,08	0,10
Jaú	SP	750	0,09	0,10	0,10	0,11
Catanduva	SP	602	0,08	0,06	0,07	0,09
Botucatu	SP	656	0,05	0,06	0,08	0,09

(continua)

(continuação)

BRASIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS	UF	PIB DE 1996	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB NACIONAL ^a			
			1975	1980	1985	1996
Ponta Grossa	PR	974	0,28	0,23	0,23	0,14
Foz do Iguaçu	PR	789	0,12	0,10	0,09	0,11
Guarapuava	PR	231	0,04	0,04	0,04	0,03
Paranaguá	PR	447	0,09	0,09	0,10	0,06
Criciúma	SC	1.164	0,16	0,22	0,22	0,17
Itajaí	SC	1.034	0,13	0,11	0,13	0,15
Lajes	SC	105	0,02	0,02	0,02	0,02
Chapecó	SC	226	0,03	0,04	0,04	0,03
Santa Maria	RS	967	0,05	0,09	0,06	0,14
Passo Fundo	RS	689	0,09	0,10	0,08	0,10
Santa Cruz do Sul	RS	397	0,06	0,06	0,07	0,06
Rondonópolis	MT	630	0,07	0,09	0,10	0,09
Rio Verde	GO	403	0,04	0,04	0,07	0,06

^a Os PIBs nacionais em 1975, 1980 e 1985 eram, respectivamente, 394.496, 558.776 e 595.057, em R\$ milhões, a preços de 1996.

Bibliografia

ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998a (Texto para Discussão, 554).

———. Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras. *Nova Economia*, v. 9, n. 1, jul. 1999a.

———. *Estimativas para o Produto Interno Bruto dos municípios brasileiros: 1975, 1980, 1985 e 1996*. Relatório de Pesquisa Nemesis/Pronex, 1999b (disponível em www.nemesis.org.br).

IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas, SP, 1999 (Coleção Pesquisas, 3 — 2 v.).